



ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 2ª EDIÇÃO

ANA ELIZABETH M. DE ALBUQUERQUE

**O ARRANJO FEDERALISTA BRASILEIRO E AS POLÍTICAS DE INDUÇÃO DA  
UNIÃO: UMA ANÁLISE DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DO MINISTÉRIO  
DA EDUCAÇÃO**

Brasília  
2013

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 2ª EDIÇÃO

ANA ELIZABETH M. DE ALBUQUERQUE

**O ARRANJO FEDERALISTA BRASILEIRO E AS POLÍTICAS DE INDUÇÃO DA  
UNIÃO: UMA ANÁLISE DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DO MINISTÉRIO  
DA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada à Escola Nacional de  
Administração Pública, como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas,  
sob orientação do Professor Dr. Denilson Bandeira  
Coelho.

Brasília  
2013

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 2ª EDIÇÃO

**O ARRANJO FEDERALISTA BRASILEIRO E AS POLÍTICAS DE INDUÇÃO DA  
UNIÃO: UMA ANÁLISE DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS DO MINISTÉRIO  
DA EDUCAÇÃO**

Ana Elizabeth Maia de Albuquerque

Prof. Dr. Denilson Bandeira Coêlho (Orientador)

Prof. Dr. Paulo Marques  
Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

Prof. Dr. Roberto Pires  
Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea)

Brasília, novembro de 2013

## AGRADECIMENTOS

Ao meu feliz encontro com a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, os colegas da turma, os grupos de trabalho e estudo, os amigos e amigas que permanecem, com quem compartilhamos os caminhos da formação e da profissionalização.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Denilson Bandeira Coêlho, que me apontou caminhos e diferentes pontos de vista para o estudo das políticas públicas e gestão da educação.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Paulo Marques e Prof. Dr. Roberto Pires, pelas contribuições às tomadas de decisão que potencializaram este estudo.

Aos colegas Pedro Gonçalves Costa e Jorge Rondelli da Costa da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) pela disponibilidade e contribuição com o estudo.

A Donizete Rosa, técnica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A Mateus do Prado Utzig e Flávio Bezerra, da Secretaria de Articulação de Sistemas de Ensino do Ministério da Educação.

A Marcílio Souza, analista em planejamento e gestão de pesquisa, da Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SDI/IBGE), Unidade Estadual do Distrito Federal.

Aos meus colegas da Escola Nacional de Administração Pública, Cláudia Antico, José Luiz Pagnussat, Rafael Viana, Paula Costa, Kledina Silva, Nara e Julyana, Stela Reis, Anna Paula, Luciana, Eliane Luz, Carmem Gatto, Rosimeire, Samantha, Ana Luíza, por tudo que aprendemos juntos.

Àqueles que vieram antes, Pedro Leitão, Marta Abramo, da CGSup/Desup/MEC, que possibilitaram o estudo de Gestão de Políticas Públicas.

## RESUMO

A pesquisa analisa uma política de educação básica no Brasil, o Plano de Ações Articuladas (PAR), um instrumento de planejamento educacional, instituído no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O estudo do PAR situou-se na identificação das relações intergovernamentais em curso na política a partir do exame de um dos seus indicadores: *existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)*, que integra a dimensão 1 (Gestão Educacional), área 1 (Gestão democrática) do plano. A pesquisa objetivou identificar os atributos dos municípios que possuem PME, identificar fatores que compõem o padrão do acesso dos municípios aos programas do PAR e, assim, analisar as relações intergovernamentais em curso no PAR e os fatores institucionais que influenciam o acesso aos programas. Metodologicamente, a composição do padrão associou informações populacionais (IBGE); do número de matrículas e número de funcionários, de docentes e não-docentes nas escolas dos municípios estudados (Censo da Educação Básica/Inep); do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb/Inep); e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM/Pnud). A elaboração dos PME e o acesso aos programas do PAR requerem determinadas capacidades institucionais dos municípios, tais como recursos humanos, técnicos, informacionais, capacidade de gestão e de articulação entre as políticas, para a sua efetivação. Ocorre que tais requerimentos não estão presentes na grande maioria dos pequenos municípios brasileiros, fato que pode tornar inócuo o esforço de alçar à equidade, superar as relações desiguais e acessar os programas do PAR; e persistir os problemas históricos da desigualdade que repercutem na qualidade da oferta de educação.

Palavras-chave: Federalismo. Relações intergovernamentais. Plano de Ações Articuladas.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Estrutura do Plano de Ações Articuladas	27
Quadro 2 - Dimensões, Áreas e Indicadores do Plano de Ações Articuladas	28
Quadro 3 - Detalhamento dos Indicadores do Plano de Ações Articuladas	29
Quadro 4 - Indicador 1 da Área 1 da Dimensão 1 do Plano de Ações Articuladas	32
Quadro 5 - Estado e Municípios selecionados à pesquisa	37

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Detalhamento dos Indicadores do Plano de Ações Articuladas: Indicador 1, Área 1, Dimensão 1	29
--	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Comparação entre número total de municípios e número de municípios com PME aprovado em lei por região geográfica	34
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação dos Municípios em relação à adesão ao PAR e à elaboração do PME	33
Tabela 2 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Centro-Oeste	35
Tabela 3 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Nordeste	35
Tabela 4 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Norte	35
Tabela 5 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Sudeste	36
Tabela 6 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Sul	36
Tabela 7 - Municípios SEM PME, por classes de tamanho da população Mato Grosso Sul	39
Tabela 8 - Municípios que declararam ter PME, por classes de tamanho da população Mato Grosso Sul	40
Tabela 9 - Municípios SEM PME, por classes de tamanho da população Rio de Janeiro	40
Tabela 10 - Municípios que declararam ter PME, por classes de tamanho da população Rio de Janeiro	41
Tabela 11 - Municípios SEM PME, por classes de tamanho da população Rondônia	41
Tabela 12 - Municípios que declararam ter PME, por classes de tamanho da população Rondônia	41
Tabela 13 - Municípios SEM PME, por classes de tamanho da população Pernambuco	42
Tabela 14 - Municípios que declararam ter PME, por classes de tamanho da população Pernambuco	42
Tabela 15 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios SEM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Mato Grosso do Sul	44
Tabela 16 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios COM PME, por faixas e classes de	44

tamanho da população – Mato Grosso do Sul

Tabela 17 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios SEM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Rio de Janeiro	45
Tabela 18 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios COM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Rio de Janeiro	45
Tabela 19 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios SEM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Rondônia	46
Tabela 20 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios COM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Rondônia	46
Tabela 21 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios SEM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Pernambuco	47
Tabela 22 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios COM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Pernambuco	47
Tabela 23 – Ideb dos municípios SEM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Mato Grosso do Sul	48
Tabela 24 – Ideb dos municípios COM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Mato Grosso do Sul	49
Tabela 25 – Ideb dos municípios SEM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Rio de Janeiro	50
Tabela 26 – Ideb dos municípios COM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Rio de Janeiro	50
Tabela 27 – Ideb dos municípios SEM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Pernambuco	51
Tabela 28 – Ideb dos municípios COM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Pernambuco	51
Tabela 29 – Ideb dos municípios SEM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Rondônia	52
Tabela 30 – Ideb dos municípios COM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Rondônia	52



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acir	Advisory Commission on Intergovernmental Relations
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IDE	Indicadores Demográficos e Educacionais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE	Planos Estaduais de Educação
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PME	Planos Municipais de Educação
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Sase	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SEB	Secretaria de Educação Básica
Simec	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
Objetivo Geral	15
Objetivos Específicos	15
<b>2 O ARRANJO FEDERALISTA BRASILEIRO E ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL DA EDUCAÇÃO NACIONAL</b>	17
<b>3 O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA</b>	23
3.1 A inclusão do PAR na agenda pública	24
3.2 O desenho do PAR como política pública	25
3.3 A implementação do PAR	26
<b>4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS</b>	31
4.1 Aspectos metodológicos, percurso e instrumentos de pesquisa	31
4.2 Resultados	37
4.2.1 A configuração territorial da oferta de educação: o porte dos municípios	39
4.2.2 O número de funcionários nas escolas dos municípios	43
4.2.3 O Ideb	48
4.2.4 A participação dos índices de educação na composição do IDHM	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	56
<b>REFERÊNCIAS</b>	59
ANEXO A - Número de Matrículas na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2012	61
APÊNDICE A - Municípios de Pernambuco sem PME por População e Ideb de 4ª série e 8ª série	63
APÊNDICE B - Municípios de Pernambuco com PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)	65

APÊNDICE C - Municípios de Mato Grosso do Sul sem PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)	71
APÊNDICE D - Municípios de Mato Grosso do Sul com PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)	73
APÊNDICE E - Municípios do Rio de Janeiro sem PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)	75
APÊNDICE F - Municípios do Rio de Janeiro com PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)	77
APÊNDICE G - Municípios de Rondônia sem PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)	80
APÊNDICE H - Municípios de Rondônia com PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)	82
APÊNDICE I - Municípios de Mato Grosso do Sul sem PME por IDHM	83
APÊNDICE J - Municípios de Mato Grosso do Sul com PME por IDHM	85
APÊNDICE K- Municípios do Rio de Janeiro sem PME por IDHM	87
APÊNDICE L - Municípios do Rio de Janeiro com PME por IDHM	89
APÊNDICE M - Municípios de Pernambuco sem PME por IDHM	92
APÊNDICE N - Municípios de Pernambuco com PME por IDHM	94
APÊNDICE O - Municípios de Rondônia sem PME por IDHM	100
APÊNDICE P - Municípios de Rondônia sem PME por IDHM	102
APÊNDICE Q - Relação entre Matrículas no Ensino Fundamental e Quantidade de Funcionários dos Municípios de Mato Grosso do Sul com e sem PME	103
APÊNDICE R- Relação entre Matrículas no Ensino Fundamental e Quantidade de Funcionários dos Municípios do Rio de Janeiro com e sem PME	104
APÊNDICE S - Relação entre Matrículas no Ensino Fundamental e Quantidade de Funcionários dos Municípios de Pernambuco com e sem PME	105
APÊNDICE T - Relação entre Matrículas no Ensino Fundamental e Quantidade de Funcionários dos Municípios de Rondônia com e sem PME	106

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, apresentada ao curso Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, analisa uma política de educação básica no Brasil, especialmente o Plano de Ações Articuladas (PAR), no período 2012-2013. Para alcançar tal finalidade, optou-se por situar o plano no âmbito da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) do Ministério da Educação (MEC), unidade onde se desenvolve o monitoramento de um dos seus indicadores.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) constitui-se em um instrumento de planejamento educacional, instituído no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que se propõem a articular os entes federados com vistas à equidade, justiça distributiva, considerando as diversidades regionais. De acordo com o MEC, o PAR inaugurou um novo regime de cooperação que concilia a atuação dos entes federados, garantindo-lhes autonomia, autoridade e poder no âmbito das decisões políticas, ao mesmo tempo em que atende a demanda educacional, compartilhando competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica, com vistas à melhoria dos indicadores educacionais.

O estudo do PAR associa-se à problemática dos dilemas do federalismo brasileiro e das históricas desigualdades regionais, que são registradas no exame da oferta dos serviços sociais, especialmente, no campo educacional, em função do desenho constitucional e divisão territorial de poder governamental.

Registra-se que a Constituição Federal de 1988 decidiu como concorrentes as competências da oferta do ensino fundamental, de forma que o governo federal tem função supletiva, modulando suas ações com programas e uma pequena oferta na educação básica<sup>1</sup>. Nessas circunstâncias, faz-se necessária a ação do governo federal para viabilizar patamares básicos de serviços sociais para corrigir as desigualdades de capacidade de gasto e institucionais. E o governo federal possui recursos institucionais para influenciar as escolhas dos governos locais (SOUZA, 2005).

Reconhecidas as desigualdades dos municípios brasileiros no que se referem às capacidades financeiras, técnicas, de gestão e de implementação de políticas, o estudo do

---

<sup>1</sup> No Anexo A, verifica-se que das 50.545.050 matrículas na educação básica, apenas 276.436 são de oferta federal. (MEC/Inep/Deed).

PAR permite examinar a articulação intergovernamental entre o governo federal e unidades subnacionais e visualizar as manifestações territoriais do federalismo.

A partir de um exame histórico do federalismo brasileiro e sua operação no campo educacional, a análise pretende ancorar-se na identificação das relações intergovernamentais em curso na política e, especialmente, um estudo comparado do PAR, a partir do exame de um dos seus indicadores: *existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)*, que integra a dimensão 1 (Gestão Educacional), área 1 (Gestão democrática) do plano.

O PAR tem se constituído em um instrumento de planejamento que comporta grande parte da política educacional brasileira, vinculando centenas de ações, subações e indicadores, pontuados segundo critérios. Em função da grandiosidade da articulação operada pelo PAR com vistas à oferta de recursos para infraestrutura, equipamentos e formação requereu a definição de um recorte para o a realização do estudo, neste caso a escolha de um indicador.

A seleção desse indicador mostrou-se viável ao estudo em virtude de haver, no âmbito da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, um monitoramento dos Planos Municipais de Educação (PME) e Planos Estaduais de Educação (PEE). O exame dos dados do monitoramento possibilitou a análise das relações intergovernamentais entre municípios e governo federal para a recepção das ações do PAR.

O estudo desse indicador relaciona-se às prescrições, constantes no Plano Nacional de Educação<sup>2</sup>, de que o poder público deverá instituir em lei específica o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (art. 13); e que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE (art. 8º). Tais determinações encontram-se respaldadas pela Emenda Constitucional 59/2009 que prevê, dentre outras determinações:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...].

---

<sup>2</sup> Projeto de Lei da Câmara nº 103/2012, atualmente, encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, depois de sua tramitação e aprovação na Câmara de Deputados, sob nº PL 8035/2010.

No PNE, em trâmite o Congresso Nacional, constam metas relativas à elaboração e execução de planos estaduais e municipais de educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Será preciso, de imediato, iniciar a elaboração dos planos estaduais em consonância com este Plano Nacional e, em seguida, dos planos municipais, também coerentes com o plano do respectivo Estado. Os três documentos deverão compor um conjunto integrado e articulado. Integrado quanto aos objetivos, prioridades, diretrizes e metas aqui estabelecidas. E articulado nas ações, de sorte que, na soma dos esforços das três esferas, de todos os Estados e Municípios mais a União, chegue-se às metas aqui estabelecidas.

A expectativa em torno da existência de planos municipais de educação relaciona-se à efetivação das políticas públicas e à concretização de investimentos. Sua ausência permite a descontinuidade de projetos e programas educacionais, pois sem metas bem definidas, primam a falta de planejamento e a impossibilidade de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

A elaboração dos PME requer determinadas capacidades institucionais dos municípios, tais como recursos humanos, técnicos, informacionais, capacidade de gestão e de articulação entre as políticas, para a sua efetivação. Ocorre que tais requerimentos podem não estar presentes na grande maioria dos municípios brasileiros, fato que provoca o Ministério da Educação a organizar um instrumento de planejamento de forma a articular os entes federados com vistas à cooperação, equidade, justiça distributiva, em função das diversidades regionais. Contudo, a ausência de capacidade institucional local pode tornar inócuo o esforço de alçar à equidade, superar as relações desiguais e acessar os programas do PAR; e persistir os problemas históricos da desigualdade que repercutem na qualidade da oferta de educação.

Desse modo, tendo em vista a complexidade da articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, prescritas em lei e previstas no PAR, para problematizar, elege-se como questões norteadoras do estudo:

1. Quais são os perfis dos municípios que conseguem acessar o PAR?
2. Quais são os fatores que explicam o acesso dos municípios aos programas do PAR?

A hipótese que orienta esta pesquisa parte do pressuposto de que *os municípios com maior capacidade institucional são os que acessam os programas do PAR.*

Isso porque se considera que a qualidade da provisão e os resultados das políticas dependem das capacidades institucionais locais, particularmente dos recursos humanos, técnicos, informacionais, capacidade de gestão e articulação entre diferentes serviços e políticas. (BICHIR, s/d.) Assim, buscou-se delimitar um referencial que circunscrevesse as capacidades institucionais locais, dos municípios que declararam ter Plano Municipal de Educação e daqueles que não possuem Plano Municipal de Educação, utilizando-se de informações populacionais; do número de matrículas e número de funcionários, de docentes e não-docentes nas escolas dos municípios estudados; do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Tais questões buscaram circunscrever as relações intergovernamentais, operadas por meio do PAR, e investigar os fatores que permitam compor os atributos requeridos para o acesso aos programas do PAR por parte dos municípios e, dessa forma, realizar um estudo que dialogue com as formas de funcionamento do federalismo brasileiro em uma política de educação, que envolve diferentes entes federados, por meio de relações de adesão, exigências e contrapartidas ao plano.

Assim, propõem-se os seguintes objetivos de pesquisa.

### **Objetivo Geral**

- Analisar as relações intergovernamentais em curso no Plano de Ações Articuladas do Ministério da Educação e os fatores institucionais que influenciam o acesso aos programas.

### **Objetivos Específicos**

- Analisar o padrão de acesso dos municípios ao Plano de Ações Articuladas por meio do exame do indicador nº 1, da área 1, da dimensão 1: *existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)*.
- Analisar os atributos dos municípios que possuem Plano Municipal de Educação.
- Identificar fatores que compõem o padrão do acesso dos municípios aos programas do PAR.

O presente estudo está organizado em três partes, além desta breve introdução. Na primeira parte, apresentam-se uma caracterização e análise do arranjo federalista brasileiro e identificam-se alguns desafios de coordenação intergovernamental no campo educacional, considerando-se os marcos legais existentes.

A partir do exame histórico do federalismo brasileiro e seus rebatimentos na política educacional, na segunda parte, a análise focaliza o Plano de Ações Articuladas e suas proposições de articulação dos entes federados em um regime de colaboração, no campo educacional. Nesta parte, priorizam-se a análise da inclusão na agenda, o desenho da política e seus processos de implementação. Nesta parte, ainda, já se proporcionam algumas considerações a partir do estudo de documentos oferecidos pelo Ministério da Educação, acerca da elaboração do PAR, aos entes federados.

Para a terceira parte, preliminarmente, discorre-se acerca dos referenciais metodológicos do estudo, com a apresentação dos percursos investigativos, instrumentos de pesquisa, a construção do universo de pesquisa, a delimitação da amostra para exame e, em seguida, sobre os resultados da análise dos dados.

Por fim, tecem-se algumas considerações finais e apresentam-se recomendações à gestão das políticas educacionais em curso no Plano de Desenvolvimento da Educação por meio do Plano de Ações Articuladas, além de apontar a agendas de pesquisas, considerando-se o caráter exploratório do presente estudo, que possam avançar e potencializar os processos de implementação do PAR.



## 2 O ARRANJO FEDERALISTA BRASILEIRO E ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE COORDENAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL DA EDUCAÇÃO NACIONAL

O federalismo<sup>3</sup> pode ser considerado como uma das mais sólidas instituições do Brasil republicano. Instituído na Constituição de 1891, o federalismo permanece como uma das matrizes do sistema político brasileiro, embora tenha passado por várias mudanças ao longo desse período.

A República nasce na perspectiva da descentralização e como uma forma de garantir aos entes federados maior autonomia do que no Império, tal arranjo foi mantido pela Constituição de 1891, ou seja, transferiu responsabilidades governamentais significativas para os estados, dentre elas a educação.

Art 34 - Compete privativamente ao Congresso Nacional: [...].  
30º) legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União;

A observação do artigo 34 da Constituição de 1891 permite perceber que a primeira república transfere responsabilidades governamentais significativas para os estados, explicitando a competência da União em relação à educação restrita a apenas ao Distrito Federal. A origem de tal arranjo remonta-se ao Ato Adicional de 1834, concebido como um paradigma para compreensão do que ocorre posteriormente na educação brasileira. (OLIVEIRA, 2010).

Art. 10. Compete às mesmas Assembleias legislar: [...]  
2º) Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral, [...]

Ao transferir tal responsabilidade para os estados, induziu a um atendimento diferenciado a cada um deles, posto que ficou a cargo de cada estado a responsabilidade da

---

<sup>3</sup> O federalismo é uma forma de governo baseada na divisão territorial da autoridade política, ou seja, a essência do federalismo está na divisão de poder e autoridade governamentais em determinado território. No federalismo, convivem unidades constitutivas com um governo geral, cada uma com poderes delegados pelo povo através de uma constituição e cada um com poder de legislar, administrar, tributar os cidadãos, que os elegeram diretamente. Dessa forma o sistema federal incorpora populações e regiões heterogêneas em uma única nação, mas assegura autonomia em suas respectivas jurisdições. A autoridade governamental é dividida entre diversas esferas subnacionais e uma esfera nacional. (SOUZA, 2007)

organização do sistema educacional. Assim, de acordo com Oliveira (2010), configuraram-se dois modelos paradigmáticos:

- o que se manifesta nos estados do Sul e Sudeste que assumiram a responsabilidade pelo atendimento educacional e construíram, ao longo do século XX, sistemas próprios de ensino, recorrendo subsidiariamente aos municípios;
- o dos estados do Norte e Nordeste em que estes se omitiram de construir um sistema de ensino de massas e tal responsabilidade foi precariamente assumida pelos municípios. (OLIVEIRA, 2010, p. 16)

A expansão do atendimento educacional no Brasil desenvolveu-se em uma matriz desigual. Os estados mais ricos assumiram diretamente a responsabilidade pela oferta e os mais pobres repassaram a seus municípios, estes muitas vezes mais pobres que seus estados. Por outro lado, a descentralização de responsabilidades não foi acompanhada de uma divisão de recursos e a estrutura tributária manteve-se inalterada<sup>4</sup>, com falta de articulação e coordenação entre as redes de ensino, num ambiente de grande desigualdade no plano subnacional. (OLIVEIRA, 2010; ABRÚCIO, 2010).

Então a questão e o desafio posto às políticas de educação são formulados por Oliveira (2010) nos seguintes termos: como articular o direito à educação, que tem uma perspectiva de igualdade, em um regime federativo que opera na perspectiva da diferença.

Se desigualdades entre os entes federados acabam repercutindo na qualidade da oferta de educação nos respectivos sistemas de ensino, uma justiça distributiva em educação deve tender à equidade no sentido de repartir os meios para favorecer os desfavorecidos. Assim, a equidade em educação gira em torno da questão da justiça escolar e como resolver a situação dos piores situados em uma redistribuição proporcional às necessidades. (BOLIVAR, 2005). Um sistema educacional equitativo supõe que determinados bens educativos sejam distribuídos de forma que,

[...] lós recursos, la calidade del profesorado, la oferta educativa, cuidando que las desigualdades no condicionen el aprendizaje y el rendimiento escolar, y poniendo lós médios y recursos compensatórios em lós alumnos desfavorecidos natural o socialmente. (BOLIVAR, 2005, p. 44)

Neste estudo, compreende-se o PAR como um instrumento de planejamento de políticas públicas educacionais com objetivos de contribuir com um sistema educacional

---

<sup>4</sup> No Brasil, há duas grandes iniciativas: o Fundef e o Fundeb, que minimamente articularam aportes financeiros às respectivas responsabilidades. Utilizou-se como medida de equivalência um valor comum de gasto por aluno em cada estado, instituindo-se mecanismo de redistribuição que retirava recursos de quem atendia relativamente menos e direcionava-os para quem atendia mais.

articulado na perspectiva da equidade, uma vez que busca articular os entes federados e induzir a superação de desigualdades na oferta de educação de qualidade e auxiliar os municípios com pior desempenho educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, Lei 9394 de 23/12/1996, institui, em seu artigo 8º, que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Neste arranjo, cabe à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. Contudo, o parágrafo 2º do artigo também prescreve que os “sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei”. Assim, com bases em pressupostos de liberdade, estabelece-se uma relação de autonomia dos estados e municípios perante a União para a oferta de educação. De acordo com a LDB, à União cabe:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

**II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;**

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; [...] (Grifos meu)

As incumbências dos estados estão prescritas, na Lei 9394/1996, nos seguintes termos:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

[...]

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - **assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio** a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;<sup>5</sup>

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.<sup>6</sup>

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios. (Grifos meu)

E aos municípios,

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - **oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental**, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.<sup>7</sup>

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica. (Grifos meu)

Pelo exposto, verificam-se a prescrição, por parte da LDB, de um regime de colaboração entre estados, o Distrito Federal e os municípios sob coordenação da União para oferta de educação, e a existência de competências concorrentes e competências comuns entre as esferas de governo<sup>8</sup> ou dualismo de competências (ABRUCIO, 2010). As explicações para esse tipo de organização da oferta podem ser relacionadas às características do federalismo brasileiro e às suas origens, estatuídas especialmente pela Constituição Federal de 1988.

<sup>5</sup> Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009.

<sup>6</sup> Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003.

<sup>7</sup> Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003.

<sup>8</sup> Competências concorrentes referem-se à competência legislativa: A União tem competência para estabelecer normas gerais que podem ser complementadas por legislação estadual. Na ausência de legislação federal, os Estados exercem competência legislativa plena. E competências comuns, à responsabilidade comum pelo provimento de um dado bem ou serviço. (ARRETC, 2004).

Ao federalismo, de uma maneira geral, são associadas duas características principais, de acordo com Almeida (2000): (i) sua natureza não-centralizada, de forma que o poder governamental está espalhado em vários centros; e (ii) a complexidade das relações estabelecidas entre esferas de governo, o que repercute, inescapavelmente, por relações intergovernamentais simultaneamente competitivas, cooperativas e negociadas.

Além de relações intergovernamentais constitutivamente competitivas e cooperativas, o federalismo se caracteriza por uma certa redundância ou sobreposições de funções. A força do sistema é a sua flexibilidade, inseparável da redundância. (ALMEIDA, 2000, p. 13)

O federalismo brasileiro, na avaliação de Almeida (2000), aproxima-se de um federalismo cooperativo<sup>9</sup> e descentralizado, que supõe competências compartilhadas e um processo permanente de negociação dos termos da cooperação. Nesse tipo de federalismo, a não-centralização típica convive e se choca com o princípio da definição nítida de funções entre níveis de governo.

A configuração de tal modelo requer a consideração do processo histórico que o instituiu, especialmente da decisão de descentralizar poder político e financeiro às esferas subnacionais, que remonta à Constituição Federal de 1988, especialmente à Assembleia Nacional Constituinte de 1987, quando a afirmação do federalismo se realizava em contraposição ao federalismo centralizado, típico do regime militar. A transição de um federalismo centralizado ao descentralizado, de acordo com Souza (2001), foi moldada nos termos: de uma reação contra o regime autoritário, em que centralização e autoritarismo se identificavam; de uma reação aos anos de submissão das instituições ao Executivo federal. Nessa conjuntura, a decisão de descentralizar foi marcada por premissas normativas, em função da necessidade de acomodar demandas regionais conflitantes em um país marcado por alto grau de desigualdades inter e intrarregionais. Por outro lado, tal decisão redundou em um desenho que impôs restrições ao governo federal e incorporou vários centros de poder.

A engenharia constitucional brasileira gerou um federalismo que incorpora múltiplos centros de poder e que pode ser caracterizado como um sistema complexo de dependência política e financeira entre esferas do governo.

---

<sup>9</sup> Almeida (2000) utiliza-se de uma tipologia, baseada na Acir (1981), Advisory Commission on Intergovernmental Relations, elaborada com vistas a descrever o sistema federal dos Estados Unidos. Nesta tipologia, há o federalismo dual, o federalismo centralizado e o federalismo cooperativo. O federalismo cooperativo comporta graus diversos de intervenção do poder federal e se caracteriza por formas de ação conjunta entre instâncias de governo nas quais as unidades subnacionais guardam significativa autonomia decisória e capacidade própria de financiamento.

Desde 1988, vários centros de poder, embora desiguais, passaram a ter acesso ao processo decisório e à implementação de políticas. Em um sistema democrático e com marcas consociativas, os políticos subnacionais tornaram-se uma fonte de apoio para a coalizão nacional de governo, com possibilidades de sustentar ou vetar políticas públicas, inclusive nacionais. A força desses políticos e dessas esferas não significa, todavia, que o Executivo e o governo federal tornaram-se atores passivos. (SOUZA, 2001, p. 549-550).

No que refere à transição do federalismo centralizado ao cooperativo descentralizado, em curso desde os anos 80, Almeida (2000, p. 19) destacou dois obstáculos. Preliminarmente, a subordinação das iniciativas governamentais aos imperativos da administração da inflação, até 1995, e, em seguida, às exigências de austeridade fiscal. O segundo obstáculo refere-se à dificuldade do governo federal em definir com clareza os mecanismos de cooperação, de forma que “onde o governo central foi capaz de construir aqueles mecanismos, a descentralização caminha e a cooperação entre níveis de governo vai se construindo na prática”.

A opção dos constituintes pelo formato de competências concorrentes para a maior parte das políticas sociais brasileiras trouxe como consequência qualquer ente federativo estava constitucionalmente autorizado a implementar programas nas áreas sociais; e simetricamente, nenhum ente federativo estava constitucionalmente obrigado a implementar programas nestas áreas. (ARRETICHE, 2004; ABRÚCIO, 2010). Tal arranjo, inescapavelmente, reverbera em superposição de ações, desigualdades territoriais na provisão de serviços, e mínimos denominadores comuns nas políticas nacionais. Ressalta Arretche (2002; 2004) que esses efeitos são derivados dos limites à coordenação nacional das políticas.

No caso da oferta de educação básica, Arretche (2002; 2004) ressalta a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), atualmente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), como mecanismos em que promoveram o reordenamento das formas de cooperação entre as esferas de governo. O governo federal, para obter o comportamento desejado por parte dos governos locais, criou uma obrigação constitucional, em função de sua limitada capacidade institucional de afetar as escolhas locais.

Nas áreas de política em que o governo federal não dispõe de recursos institucionais para alterar as escolhas dos governos locais, a estratégia de constitucionalizar encargos revelou-se bem-sucedida. Tratou-se de aprovar emendas à Constituição que reduzem muito a margem de escolhas dos

governos subnacionais, obrigando-os a adotar o comportamento considerável desejável pelo governo federal. Esta foi a estratégia adotada para equalizar os níveis intraestaduais de gasto em ensino fundamental e elevar os salários dos professores. (ARRETCHE, 2004, p.24)

Recentemente, em 2007, e em resposta ao arranjo federalista brasileiro e ao desafio de garantir padrões de qualidade, considerando-se as diversidades regionais, o Ministério da Educação, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborou o Plano de Ações Articuladas, um planejamento multidimensional da política de educação e apresentou aos 5.563 municípios<sup>10</sup> do país como uma estratégia de coordenação intergovernamental.

Concordando com a caracterização de Oliveira (2010) acerca do arranjo federalista brasileiro, que opera em uma estrutura desigual com estados e municípios, ofertando educação de baixa qualidade e outros com condições de ofertar com boa qualidade, compreende-se o PAR como instrumento de planejamento que objetiva superar as desigualdades entre os entes federados que repercutem na qualidade da oferta de educação nos respectivos sistemas de ensino, a instituir uma justiça distributiva na medida em que busca repartir os meios para favorecer os entes federados sem condições de ofertar educação de qualidade.

Ainda que suas propostas almejem a um sistema educacional equitativo, alguns aspectos de ordem operacional devam ser ressaltados pela pesquisa. Tais aspectos referem-se à tensão “descentralizar – centralizar”, posto que o PAR disponibiliza um conjunto de programas, recursos e ajudas técnicas, mediante adesão do ente federado, mediada por relações de exigências e contrapartidas das unidades subnacionais ao plano. Entretanto, a que se observar a qualidade da descentralização, “por conta de fatores como a baixa capacidade administrativa local, pela má distribuição dos gastos públicos municipais e pela dificuldade em criar parcerias entre os entes subnacionais”. (ABRÚCIO, 2010, p. 48).

Assim, no que se refere à efetividade do PAR, há que se observar a capacidade de coordenação governamental da política, os recursos institucionais e a estrutura de incentivos de que dispõe o governo federal, no papel de coordenador, indutor e financiador, mas, da mesma forma, as diferentes capacidades institucionais dos municípios brasileiros, em especial dos pequenos municípios, para acessar os programas.

---

<sup>10</sup> O quantitativo de 5.563 municípios, em 2007, foi superado pelo de 5.565 municípios, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE.

### 3 O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

O PAR surgiu como parte do programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O governo federal elaborou o PDE como tentativa de impulsionar os processos regulares do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação<sup>11</sup>.

O PDE agregou outras 29 ações do MEC. De acordo com Saviani (2007), o PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC.

Na publicação *PDE em 10 capítulos, Ações que estão mudando a história da educação brasileira*, o MEC ressalta o sistema federativo brasileiro que tornou estados e municípios responsáveis pelo ensino básico, e obrigou o governo federal a buscar apoio de todos os entes federados. Daí a necessidade de alcançar a adesão formal de todos os prefeitos e governadores ao Compromisso Todos pela Educação.

Integrante do PDE, o Plano de Ações Articuladas tem caráter plurianual, oferece transferências voluntárias e assistência técnica do Ministério da Educação aos entes federados a serem vinculadas à adesão ao plano de Metas e à elaboração do PAR, instrumentos fundamentais para a melhoria do Ideb<sup>12</sup>, principal indicador de qualidade. Após a adesão do município ao compromisso, os municípios deveriam elaborar o Plano de Ações Articuladas.

No documento *Manual técnico-operacional do módulo de monitoramento do Plano de ações articuladas - PAR* apresentam-se algumas definições da política.

A partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), as transferências voluntárias de recursos para a educação básica e a assistência técnica do Ministério da Educação (MEC) passaram a estar vinculadas à adesão dos Estados, Municípios e Distrito Federal ao Plano de Metas Compromisso

---

<sup>11</sup> O Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado oficialmente com o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica

<sup>12</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo MEC a partir de estudos para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos. Tomando como parâmetros o rendimento dos alunos (pontuação em exames padronizados obtida no final das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª do ensino médio) nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), construiu-se uma escala de 0 a 10. Aplicado esse instrumento aos alunos em 2005, chegou-se ao índice médio de 3,8. À luz dessa constatação, foram estabelecidas metas progressivas de melhoria desse índice, prevendo-se atingir, em 2022, a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo. O ano de 2022 foi definido não apenas em razão da progressividade das metas, mas à vista do caráter simbólico representado pela comemoração dos 200 anos da Independência política do Brasil.



Todos pela Educação e à elaboração de seus respectivos Planos de Ações Articuladas (PAR).

O PAR configura-se como um planejamento dinâmico da educação dos Municípios, Estados e Distrito Federal em caráter plurianual, com duração prevista, inicialmente, até 2011. Outro aspecto relevante do PAR é o seu processo de elaboração, ou seja, um processo plural, democrático e participativo, que conta com gestores, representantes da sociedade civil e educadores locais. (MEC, 2009)

A apresentação do PAR, para fins deste estudo, prioriza alguns elementos à avaliação da política, tais como os processos de inclusão na agenda, de desenho da política e de implementação. Da mesma forma, observa a necessidade de um diálogo entre gestores de políticas públicas e aqueles a quem se destina, no sentido de observar se o PAR constitui-se em uma experiência capaz de contribuir com a construção uma teoria de governo capaz de sustentar a relação da teoria com a prática (MATUS, 2007), ou de forma a aproximar a política *in the book* com sua dimensão *in action*.

### **3.1 A inclusão do PAR na agenda pública**

A inclusão do PAR na agenda de políticas públicas se realizou como componente do PDE. Para Saviani (2007, p. 1237) “aquilo que está sendo denominado de ‘Plano de Desenvolvimento da Educação’ consiste num aglomerado de 30 ações de natureza, características e alcance distintos entre si [...]”. Nesses termos, embora o PDE não se constitua em sua totalidade uma novidade, o mesmo não se pode afirmar do PAR.

Como um conjunto articulado de ações que visa ao cumprimento das metas do Compromisso Todos pela Educação, o PAR estabeleceu, com estados e municípios, ações de assistência técnica e financeira, voltadas à coordenação intergovernamental em que se funda uma interface entre municípios, estados e governo federal, representado pelo MEC.

Por outro lado, em 2009, com a aprovação da Emenda Constitucional 59/2009, e alteração do art. 214 da Constituição Federal de 1988, ficou prescrito que a lei do Plano Nacional de Educação configurará com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, de forma que reforçou a necessidade do PAR como um mecanismo de articulação.

### 3.2 O desenho do PAR como política pública

O desenho do PAR como política pública situa-se no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, portanto, como ação do governo federal, formulado como Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. No contexto do PDE, a política assume plenamente, como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais<sup>13</sup>. (SAVIANI, 2007).

Nessas circunstâncias, embora com apoio da sociedade civil, cujo mote apontava para a melhoria da qualidade da educação, o desenho da política se realizou nos termos do governo federal, com formulação por parte da equipe do então ministro Fernando Haddad (2005-2012).

O PAR objetiva integrar um conjunto de programas, em curso no MEC, como um instrumento de planejamento que instaura um regime de colaboração entre os entes federados, mediante oferta de suporte financeiro e técnico da União. Nesse sentido, “o PAR é um banco de dados PERMANENTE, com abrangência nacional e relevância única para estabelecer contato entre os entes da Federação.” (MEC, 2013, p. 10).

A coordenação do PAR realiza-se pela secretaria municipal de educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, professores e da comunidade local. Para ajudar os municípios na tarefa de fazer os planos, o MEC oferece um roteiro de ações.

Inicialmente, os estados e municípios devem realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local. A partir desse diagnóstico, desenvolverão um conjunto coerente de ações que resulta no PAR.

O instrumento para o diagnóstico da situação educacional local está estruturado em quatro grandes dimensões:

1. Gestão educacional.
2. Formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar.
3. Práticas pedagógicas e avaliação.
4. Infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Cada dimensão é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos. Esses indicadores são pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis.

A pontuação gerada para cada indicador é fator determinante para a elaboração do PAR, ou seja, na metodologia adotada, apenas critérios de

---

<sup>13</sup> O movimento foi lançado em 6/9/2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo, com apoio de um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros. (SAVIANI, 2007).

pontuação 1 e 2, que representam situações insatisfatórias ou inexistentes, podem gerar ações.

A dinâmica do PAR tem três etapas: (i) o diagnóstico da realidade da educação e (ii) a elaboração do plano são as fases do município. (iii) A terceira etapa é a análise técnica feita pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Depois da análise técnica do plano, o município assina um termo de cooperação com o MEC em que constam os programas aprovados e classificados segundo a prioridade do município. O termo de cooperação detalha a participação do MEC que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos do PAR, e assistência financeira.

Ressalta-se que apenas critérios de pontuação 1 e 2, que indicam situações insatisfatórias ou inexistentes, podem gerar ações.

### **3.3 A implementação do PAR**

Para elaborar o PAR, o Ministério da Educação fornece aos entes federados os seguintes documentos:

*Indicadores Demográficos e Educacionais (IDE)*: apresentam um conjunto de tabelas com dados demográficos e educacionais para cada município, estado e Distrito Federal, com o objetivo de auxiliar os entes federados a conhecerem melhor o perfil de suas respectivas populações e redes de ensino. As informações são atualizadas e mostram dados sobre população, taxa de escolarização, Ideb, número de escolas, número de matrículas, número de funções docentes, entre outros.

*Instrumento Diagnóstico - PAR Estadual 2011-2014*: a aplicação desse instrumento tem um caráter participativo, visando promover uma análise compartilhada da situação educacional da rede estadual e do Distrito Federal, para coleta de informações quantitativas e qualitativas. O instrumento está estruturado em quatro grandes dimensões, compostas por áreas de atuação e com indicadores específicos para cada área, totalizando cem indicadores para os estados e cento e sete para o Distrito Federal.

*Manual de Elaboração do PAR Estadual (PAR 2011-2014)*: documento elaborado para orientar a aplicação voluntária dos instrumentos oferecidos aos estados e ao Distrito Federal para a elaboração do PAR 2011-2014, contendo orientações sobre todos os aspectos importantes e os principais procedimentos para o trabalho a ser realizado.

*Instrumento Diagnóstico - PAR Municipal 2011-2014*: a aplicação desse instrumento tem um caráter participativo, visando promover uma análise compartilhada da situação educacional na rede municipal, para coleta de informações quantitativas e qualitativas. O instrumento está estruturado em quatro grandes dimensões, compostas por áreas de atuação e com indicadores específicos para cada área, totalizando oitenta e dois indicadores.

*Manual de Elaboração do PAR Municipal (PAR 2011-2014)*: documento elaborado para orientar a aplicação voluntária dos instrumentos oferecidos aos municípios para a elaboração do PAR 2011-2014, contendo orientações sobre todos os aspectos importantes e os principais procedimentos para o trabalho a ser realizado.

*Guia Prático de Ações do PAR Municipal*: nesse documento estão os programas disponibilizados pelo Ministério da Educação e suas autarquias, com ações de assistência técnica e/ou financeira do MEC e que podem ser solicitados pelos municípios em seus respectivos Planos, além de subações com execução pelo próprio município.

Neste documento, o PAR apresenta-se estruturado em 4 dimensões com suas respectivas áreas e indicadores, conforme Quadro 1.

**Quadro 1 - Estrutura do Plano de Ações Articuladas**

	Dimensão do PAR	Áreas	Indicadores	
			Município	Estado
Dimensão 1	Gestão Educacional	5	28	33
Dimensão 2	Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	5	17	18
Dimensão 3	Práticas Pedagógicas e Avaliação	3	15	23
Dimensão 4	Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos	4	22	26
Total de indicadores			82	100

Fonte: *Guia Prático de Ações do PAR Municipal* e *Guia Prático de Ações do PAR Estadual*

Cada dimensão do PAR circunscrevem áreas de atuação que comportam indicadores específicos, totalizando 82 indicadores para os municípios, 100 para os estados e 107 para o Distrito Federal<sup>14</sup>, conforme Quadro 2 a seguir.

<sup>14</sup> O Distrito Federal comporta mais indicadores em função de sua especificidade de não possuir uma rede municipal responsável pela oferta de educação infantil. O PAR do Distrito Federal contém mais 7 indicadores referentes à educação infantil: na Dimensão 2, área 1, mais 3 indicadores; e na Dimensão 4, área 2, mais 4 indicadores.

**Quadro 2- Dimensões, Áreas e Indicadores do Plano de Ações Articuladas**

	Dimensão do PAR	Áreas	Indicadores	
			Município	Estado
Dimensão 1	Gestão Educacional	Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	7	8
		Gestão de pessoas	9	11
		Conhecimento e utilização de informação	6	7
		Gestão de finanças	3	4
		Comunicação e interação com a sociedade	3	3
Dimensão 2	Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar	Formação inicial de professores da educação básica	4	4
		Formação continuada de professores da educação básica	4	5
		Formação de professores da educação básica para atuação em educação especial/atendimento educacional especializado, escolas do campo, em comunidades quilombolas ou escolas indígenas	4	4
		Formação de professores da educação básica para cumprimento das Leis 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08	1	1
		Formação de profissionais da Educação e outros representantes da comunidade escolar	4	4
Dimensão 3	Práticas Pedagógicas e Avaliação	Organização da rede de ensino	7	10
		Organização das Práticas Pedagógicas	6	11
		Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem	2	2
Dimensão 4	Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos	Instalações físicas da secretaria municipal de educação	2	2
		Condições da rede física escolar existente	12	12
		Uso de tecnologias	4	7
		Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais	4	5

Fonte: *Guia Prático de Ações do PAR Municipal e Guia Prático de Ações do PAR Estadual.*

Cada indicador está delineado em subações. Para cada subação, há uma estratégia de implementação com definição do agente responsável pela execução, se será uma ação do município ou do MEC. Sequencialmente, informa-se se o Programa será municipal ou federal, a unidade de medida para o monitoramento, o cronograma, a quem compete o monitoramento

e o grupo de atendimento. O Quadro 3, a seguir, apresenta o detalhamento dos indicadores em ações e as respectivas estratégias de implementação, descritas no *Guia Prático de Ações do PAR Municipal*.

**Quadro 3 - Detalhamento dos Indicadores do Plano de Ações Articuladas**

Dimensão:								
Área:								
Indicador:								
Nº	Descrição da Subação	Estratégia de implementação	Execução	Programa	Unidade de medida	Cronograma	Monitoramento	Grupo de atendimento

Fonte: *Guia Prático de Ações do PAR Municipal*

A Figura 1 demonstra o caso específico da Dimensão 1, *Gestão Educacional*; da Área 1, *Gestão Democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino*; do Indicador 1, *Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação*, objeto de exame neste estudo.

**Figura 1 - Detalhamento dos Indicadores do Plano de Ações Articuladas: Indicador 1, Área 1, Dimensão 1**

Dimensão: 1. Gestão Educacional								
Área: 1. Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino								
Indicador: 1. Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)								
No.	Descrição da Subação	Estratégia de implementação	Execução	Programa	Unidade de medida	Cronograma	Monitoramento	Grupo de Atendimento
1	Capacitar a equipe da secretaria municipal de educação para propor a criação ou a reformulação do Plano Municipal de Educação (PME), em parceria com a sociedade civil organizada.	Reuniões com a equipe da secretaria para estudo de materiais sobre o Plano Municipal de Educação, disponibilizados pelo Ministério da Educação ( <a href="http://www.mec.gov.br">www.mec.gov.br</a> ) e pela Undime ( <a href="http://www.undime.org.br">http://www.undime.org.br</a> ).	municipal	Outros	reunião(ões)	global	monit. téc.	Todos os municípios
2	Elaborar minuta do projeto de lei para instituir o Plano Municipal de Educação (PME), em consonância com as novas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE); e encaminhá-lo para aprovação na Câmara Municipal.	Elaboração de minuta do projeto de lei em reuniões com a participação de professores, de gestores e de segmentos da sociedade civil organizada, e posterior encaminhamento do documento à Câmara Municipal para aprovação.	municipal	Outros	projeto(s) de lei	global	monit. téc.	Todos os municípios
3	Elaborar minuta do projeto de lei para proposição de modificações no Plano Municipal de Educação (PME), adequando-o às novas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE); e encaminhá-lo para aprovação na Câmara Municipal.	Elaboração de minuta do projeto de lei, em reuniões com a participação de professores, de gestores e de segmentos da sociedade civil organizada, e posterior encaminhamento do documento à Câmara Municipal para aprovação.	municipal	Outros	projeto(s) de lei	global	monit. téc.	Todos os municípios
4	Mobilizar os integrantes da Câmara Municipal para aprovação do projeto de lei que trata do Plano Municipal de Educação (PME).	Envio de materiais conceituais e metodológicos (Plano Nacional de Educação, legislação, documentos orientadores, entre outros) aos integrantes da Câmara Municipal; elaboração e envio de documento para solicitação de realização de audiência pública, com ampla participação comunitária, para debate, definição e quantificação das metas estabelecidas no projeto de lei.	municipal	Outros	documento(s)	global	monit. téc.	Todos os municípios
5	Divulgar, no município, após a aprovação do projeto de lei, o Plano Municipal de Educação (PME), com vistas à revisão dos projetos pedagógicos (PP) das escolas da rede de ensino.	Impressão e envio da lei que trata do Plano Municipal de Educação (PME) para todas as escolas, e sua divulgação no portal da secretaria municipal de educação.	municipal	Outros	divulgação(ões)	global	monit. téc.	Todos os municípios
6	Monitorar o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação (PME), em conformidade com o que foi estabelecido na lei aprovada.	Elaboração e aplicação periódica de instrumento para monitoramento do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação (PME).	municipal	Outros	documento(s)	global	monit. téc.	Todos os municípios

Fonte: *Guia Prático de Ações do PAR Municipal*

Ressalta-se que, no momento de preenchimento do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec)<sup>15</sup> por parte da Secretaria Municipal, os indicadores específicos cada área de atuação são pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis (de 1 a 4)<sup>16</sup>, de forma que a pontuação gerada para cada indicador é fator determinante para a recepção das ações do PAR. Apenas critérios que representam situações insatisfatórias ou inexistentes podem gerar ações, especialmente os de pontuação 1 e 2.

Por meio do PAR, a previsão é que os recursos sejam utilizados para infraestrutura, equipamentos e formação. Esses recursos incluiriam benefícios para escolas urbanas, do campo, indígenas, escolas em áreas remanescentes de quilombos, veículos dos programas Caminho da Escola, Mobiliário Escolar e para o Brasil Profissionalizado. Os investimentos incluem ainda creches, pré-escolas e quadras esportivas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2. Para o monitoramento, o Ideb se constitui no principal recurso técnico para nortear a implementação.

---

<sup>15</sup> O Simec encontra-se disponível em <http://simec.mec.gov.br>.

<sup>16</sup> No documento *Manual de Elaboração do PAR Municipal (PAR 2011-2014)*, apresentam-se os critérios de pontuação:

Critério de Pontuação 4: a descrição aponta para uma situação positiva, e não serão necessárias ações imediatas. O que a secretaria de educação realiza na(s) área(s) pertinente(s) garante bons resultados nesse indicador.

Critério de Pontuação 3: a descrição aponta para uma situação favorável, porém a secretaria de educação pode implementar ações para melhorar o seu desempenho.

Critério de Pontuação 2: a descrição aponta para uma situação insuficiente, e serão necessárias ações planejadas de curto, médio e longo prazos para elevar a pontuação nesse indicador.

Critério de Pontuação 1: a descrição aponta para uma situação crítica, e serão necessárias ações imediatas, além do planejamento de médio e longo prazos, para superação dos desafios apontados no diagnóstico da realidade local. (FNDE, p.32)

Há ainda a opção “Não se aplica” quando não há possibilidade de registro.

## 4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Considerando-se que o PAR é um instrumento de planejamento, que tende a produzir relações entre as unidades subnacionais e governo federal, com vistas à melhoria da oferta de educação básica, que ocorrem ao longo do tempo em que o plano é implementado, o exame do PAR constitui-se, portanto, em uma oportunidade de analisar a articulação intergovernamental; e as manifestações territoriais do federalismo, na medida em que se estudam os indicadores da política na prática.

A pesquisa ressaltou as relações intergovernamentais com base em um estudo comparado do PAR, a partir do exame de um dos indicadores do plano: *existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)*, que integra a dimensão 1 (Gestão Educacional), área 1 (Gestão democrática) do plano.

O estudo deste indicador proporcionou a identificação de fatores que compõem o padrão de adesão de uma seleção de municípios ao Plano de Ações Articuladas e buscou problematizar a continuidade de problemas relativos às desigualdades regionais brasileiras, à baixa capacidade institucional dos municípios, apesar do PAR; ou à superação delas com o PAR articulando os entes federados com equidade e justiça distributiva.

### 4.1 Aspectos metodológicos, percurso e instrumentos de pesquisa

Assim, para o alcance do objetivo da pesquisa, que se constituiu em analisar as relações intergovernamentais em curso no Plano de Ações Articuladas do Ministério da Educação, inicialmente, analisaram-se os documentos de orientação do PAR aos estados e municípios, quais sejam: (1) *Indicadores Demográficos e Educacionais*, (2) *Instrumento Diagnóstico - PAR Estadual 2011-2014*, (3) *Manual de Elaboração do PAR Estadual (PAR 2011-2014)*, (4) *Instrumento Diagnóstico - PAR Municipal 2011-2014*, (5) *Manual de Elaboração do PAR Municipal (PAR 2011-2014)*, e (6) *Guia Prático de Ações do PAR Municipal*; e seus dados de implementação, especificamente dados de monitoramento das unidades subnacionais, que se habilitaram à adesão ao PAR, disponíveis no sistema Simec.

Para a análise do PAR, preliminarmente, organizou-se uma visita ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal, vinculada ao MEC, responsável



pelo gerenciamento do plano em nível federal. Por meio de entrevista semiestruturada<sup>17</sup> com uma das gestoras, foi possível captar a grandiosidade do PAR, que se mostra capaz de vincular centenas de ações e suas respectivas subações a um conjunto de indicadores específicos a cada uma delas, em um instrumento único de planejamento que comporta grande parte da política educacional brasileira.

Em função da extensão, da capilaridade e do detalhamento das ações previstas no plano, percebidas por meio desse contato inicial, tornou-se necessário o estabelecimento de um recorte mais circunscrito, de forma a viabilizar o estudo no tempo disponível à sua conclusão no prazo regimental da Enap de quatro meses destinados à pesquisa de campo e escrita e conclusão da monografia e, ao mesmo tempo, preservar a potencialidade de alcance dos objetivos de pesquisa.

Ainda nessa entrevista, foi identificada a existência de dois monitoramentos de ações do PAR. O primeiro refere-se às obras (1) de construção de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos; (2) de construção de quadras esportivas nas escolas e (3) de cobertura para quadra já existente, que se realiza em articulação com o Programa de Aceleração do Crescimento<sup>18</sup> (PAC). O segundo constitui-se no monitoramento dos Planos Municipais de Educação (PME) e Planos Estaduais de Educação (PEE), que se desenvolve no âmbito da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação. Tal monitoramento refere-se especificamente ao primeiro indicador da Área 1 da Dimensão 1 do PAR, qual seja, da *existência, acompanhamento e avaliação dos Planos Municipais de Educação*, conforme apresentado no Quadro 4:

#### **Quadro 4 – Indicador 1 da Área 1 da Dimensão 1 do Plano de Ações Articuladas**

Dimensão: 1. Gestão Educacional
Área: 1. Gestão democrática: articulação e desenvolvimento dos sistemas de ensino
Indicador: 1. Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação

Fonte: *Guia Prático de Ações do PAR Municipal*

<sup>17</sup> A entrevista se realizou com Donizete Rosa, técnica do FNDE, em 28/06/2013.

<sup>18</sup> De acordo com o Programa de Aceleração do Crescimento, seus objetivos vinculam-se à promoção da retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável, por meio de um plano estratégico de planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país. Sua primeira etapa foi iniciada em 2007, no segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010). Atualmente, o PAC encontra-se em sua segunda fase, PAC2.

Diante da possibilidade concreta de existência de dados, buscou-se junto à Diretoria de Articulação de Planos Municipais de Educação e Planos Estaduais de Educação, da Sase/MEC, acesso às informações que compusessem um quadro da articulação federativa em curso por meio do PAR por meio da identificação e caracterização dos municípios.

Assim, o *primeiro percurso* investigativo, organizado no âmbito do FNDE e da Sase/MEC, visou delimitar, no módulo PAR do sistema Simec, o quantitativo de municípios que declararam ter Planos Municipais de Educação instituídos por lei.

As tarefas iniciais consistiram em identificar os municípios que aderiram ao PAR; especificamente, aqueles que declararam ter Planos Municipais de Educação instituídos por lei.

A partir da identificação dos municípios com PAR em análise pela esfera federal (MEC e FNDE), a tarefa seguinte incidiu em diferenciar os municípios que declararam ter PME aprovado em lei daqueles que declararam não ter PME aprovado em lei, o que resultou na Tabela 1, apresentada a seguir.

**Tabela 1 – Situação dos Municípios em relação à adesão ao PAR e à elaboração do PME**

Municípios em relação ao PAR			Municípios em relação ao PME		
Municípios com PAR em análise	3968	71,30%	Municípios que declararam ter PME aprovado em lei	1648	42%
			Municípios que declararam não ter PME aprovado em lei	2320	58%
Municípios com PAR em elaboração	1032	18,54%			
Total com PAR	5000	89,85%			
Total Brasil	5565	100%			29,61%

Fonte: Sase/MEC.

A análise da Tabela 1 circunscreve o quantitativo de municípios que declararam ter PME aprovado em lei, em fevereiro de 2013, a 1.648 municípios, representando 42% dos municípios que estão com o PAR em análise, e 29,6% do total dos municípios brasileiros.

Ressalta-se, contudo, que dos 1.648 municípios que declararam ter PME aprovado em lei, parte deles encontravam-se com a documentação anexada no Simec ainda em análise pela Sase/MEC, figurando com *status* de “em diagnóstico”, de forma que esse quantitativo pode ainda ser alterado.

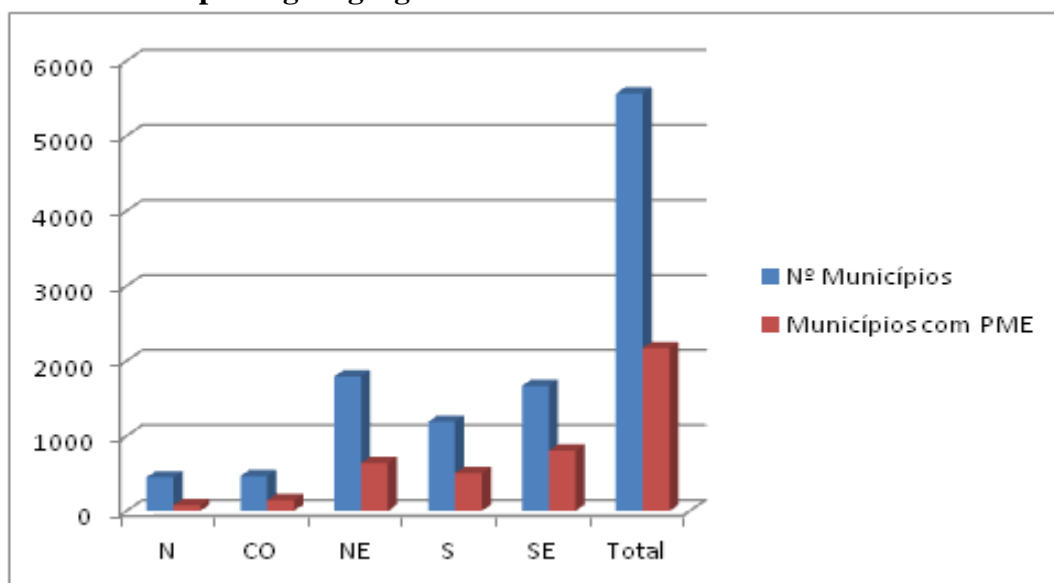
O *segundo percurso* investigativo organizou-se, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com vistas à organização das informações dos estados e seus

respectivos municípios de modo a cotejá-los por regiões geográficas e, dentro das respectivas regiões, estabelecer comparações e identificação de padrões de relações intergovernamentais.

Com os dados do monitoramento de fevereiro de 2013, referente ao ano de 2012, disponibilizado pela Sase/MEC, a identificação do percentual de municípios que declararam ter Plano Municipal de Educação, instituído por lei municipal, comparou-se ao total de municípios do estado, agrupando-os por regiões geográficas.

Dos 5565 municípios brasileiros, 29% declararam ter Plano Municipal de Educação, instituído por lei municipal, alcançando as regiões Sudeste e Sul os maiores percentuais, respectivamente 48% e 42%, de municípios com PME. Próxima à média nacional (35%) situa-se a região Nordeste (36%). Abaixo da média nacional, encontram-se as regiões Centro-Oeste (31%) e Norte, esta com apenas 18% de municípios com PME.

**Gráfico 1 – Comparação entre número total de municípios e número de municípios com PME aprovado em lei por região geográfica**



Fonte: IBGE; PAR/Simec.

A partir do estudo das regiões apresentadas no Gráfico 1, partiu-se para o exame de cada estado. O estabelecimento desses percentuais permitiu visualizar o destaque de alguns estados que apresentaram um desempenho acima da média da região.

Assim, ficaram destacados os percentuais atingidos pelo estado Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste, conforme Tabela 2.

**Tabela 2 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Centro-Oeste**

Estados	Total de municípios	PME	%	Destaque
Mato Grosso do Sul	78	35	45%	MS
Mato Grosso	141	57	40%	
Goiás	246	52	21%	
Distrito Federal	1	0	0%	
Total Centro-Oeste	466	144	31%	

Fonte: IBGE; PAR/Simec. Elaboração da autora.

Obs: Número de unidades territoriais existentes no Censo Demográfico 2010.

Na região Nordeste, os resultados obtidos por Pernambuco ficaram enfatizados, de acordo com a Tabela 3.

**Tabela 3 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Nordeste**

Estados	Total de municípios	PME	%	Destaque
Maranhão	217	43	20%	
Piauí	224	56	25%	
Ceará	184	127	69%	
Rio Grande do Norte	167	74	44%	
Paraíba	223	53	24%	
Pernambuco	185	135	73%	PE
Alagoas	102	6	6%	
Sergipe	75	2	3%	
Bahia	417	144	35%	
Total Nordeste	1794	640	36%	

Fonte: IBGE; PAR/Simec. Elaboração da autora.

Obs: Número de unidades territoriais existentes no Censo Demográfico 2010.

Da mesma forma, os percentuais alcançados pelo estado Rondônia sobressaíram, no âmbito da região Norte, conforme Tabela 4.

**Tabela 4 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Norte**

Estados	Total de municípios	PME	%	Destaque
Rondônia	52	16	31%	RO
Acre	22	6	27%	
Amazonas	62	2	3%	
Roraima	15	0	0%	
Pará	143	42	29%	
Amapá	16	2	13%	

Tocantins	139	11	8%	
Total Norte	449	79	18%	

Fonte: IBGE; PAR/Simec. Elaboração da autora.

Obs: Número de unidades territoriais existentes no Censo Demográfico 2010.

Na região Sudeste, o estado do Rio de Janeiro destacou-se, de acordo com a Tabela 5.

**Tabela 5 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Sudeste**

Estados	Total de municípios	PME	%	Destaque
Minas Gerais	853	421	49%	
Espírito Santo	78	34	44%	
Rio de Janeiro	92	63	68%	RJ
São Paulo	645	286	44%	
Total Sudeste	1668	804	48%	

Fonte: IBGE; PAR/Simec. Elaboração da autora.

Obs: Número de unidades territoriais existentes no Censo Demográfico 2010.

Os estados da região Sul apresentaram um desempenho uniforme e bem próximo da média da região, não cabendo a nenhum deles uma proeminência, de acordo com a Tabela 6.

**Tabela 6 - Relação entre número de municípios com PME aprovado em lei e o número total de municípios de cada estado – Região Sul**

Estados	Total de municípios	PME	%	Destaque
Paraná	399	158	40%	
Santa Catarina	293	132	45%	
Rio Grande do Sul	496	213	43%	
Total Sul	1188	503	42%	

Fonte: IBGE; PAR/Simec. Elaboração da autora.

Obs: Número de unidades territoriais existentes no Censo Demográfico 2010.

Ainda, na esfera do *segundo percurso investigativo*, a pesquisa prosseguiu com a identificação do quantitativo de municípios, que declararam ter Plano Municipal de Educação, que se destacaram na análise comparada dos estados por regiões geográficas. O resultado da análise apontou para um conjunto de estados que necessitam de um estudo mais atencioso no sentido de captar o padrão de adesão dos municípios ao Plano de Ações Articuladas, no sentido do alcance dos objetivos da pesquisa.

Nesses termos, selecionaram-se os estados de maior destaque em cada região para avançar em um estudo mais detalhado de seus municípios, que declararam ter Plano

Municipal de Educação. Assim, os municípios pertencentes aos estados MS, PE; RO e RJ compuseram o universo de interesse desta pesquisa.

**Quadro 5 – Estados e Municípios selecionados à pesquisa**

Estados com desempenho destacado nas regiões	Percentual de municípios com PME	Número de municípios do Estado	Estado e número de municípios selecionados à pesquisa	
<b>Centro-Oeste</b>				
Mato Grosso do Sul	45%	78	35	MS
<b>Nordeste</b>				
Pernambuco	73%	185	135	PE
<b>Norte</b>				
Rondônia	31%	52	16	RO
<b>Sudeste</b>				
Rio de Janeiro	68%	92	63	RJ
Total		407	249	

Fonte: Elaboração da autora.

Ficaram, portanto, selecionados à pesquisa os 249 municípios, que declararam ter Plano Municipal de Educação, dos estados que se destacaram em suas respectivas regiões, Mato Grosso do Sul (35), Pernambuco (135), Rondônia (16) e Rio de Janeiro (63). Estes municípios ficam discriminados nos Apêndices.

Contudo, para o alcance dos objetivos de pesquisa, e identificar o padrão do acesso dos municípios aos programas do PAR, além dos 249 municípios que declararam ter Plano Municipal de Educação, faz-se necessário analisá-los comparativamente aos 158 municípios que declararam não ter PME em seus respectivos estados, o que totaliza 407 municípios.

## 4.2 Resultados

A partir da identificação desses municípios, realizada por meio do exame do indicador nº 1, da área 1, da dimensão 1: *existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)*, do Plano de Ações Articuladas, procedeu-se à identificação dos fatores que explicam o padrão de acesso ao PAR.

A identificação do padrão desses municípios objetivou perceber as relações intergovernamentais em curso, e avançar na problematização das relações federalistas, das

desigualdades regionais e da ação do governo federal no sentido de corrigir tais desigualdades.

Norteadas pela hipótese *os municípios com maior capacidade institucional são os que acessam os programas do PAR*, buscou-se compor uma moldura que circunscrevesse as capacidades institucionais locais, especialmente daqueles municípios que declararam ter Plano Municipal de Educação, comparativamente, aos que declararam não ter PME, utilizando-se dos seguintes indicadores:

1. Porte dos municípios - utilizou-se de classes de tamanho da população dos municípios, utilizada pelo IBGE para categorizar os municípios brasileiros:
  - 1 a 20.000 – Municípios de Pequeno Porte 1;
  - 20.001 a 50.000 – Municípios de Pequeno Porte 2;
  - 50.001 a 100.000 – Municípios de Médio Porte;
  - 100.001 a 900.000 – Municípios de Grande Porte; e
  - 900.000 e mais.
2. Número de funcionários docentes e não docentes das escolas municipais – utilizou-se o número de funcionários das escolas como indicador dos recursos humanos para a oferta de educação fundamental.
3. Número de matrículas no Ensino Fundamental, especialmente porque a oferta de Ensino Médio é de competência prioritária dos estados; e do Ensino Fundamental, do município. O número de matrículas aponta à capacidade de oferta de serviços do município.
4. Relação entre número de matrículas no Ensino Fundamental e número de funcionários docentes e não docentes das escolas municipais neste nível de ensino, aventando a qualidade da provisão de ensino fundamental. A relação entre matrículas por funcionários foi aglutinada por faixas de atendimento:
  - de 1 a 10 matrículas por funcionário;
  - de 11 a 20 matrículas por funcionário;
  - de 21 a 30 matrículas por funcionário; e
  - 30 ou mais matrículas por funcionário.
5. Ideb – utilizado por indicar a qualidade da provisão em um indicador sintético e de referência para as políticas educacionais, marcado ao 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série).

6. IDHM – utilizado por ser um índice que associa a renda familiar per capita média do município, o número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais), a taxa de analfabetismo na população de 15 anos e a esperança de vida ao nascer, de forma a compor um indicador de desenvolvimento humano.

A análise destes indicadores apontou para alguns fatores institucionais que influenciam o acesso aos programas. Isso porque se considera que a qualidade da provisão e os resultados das políticas dependem das capacidades institucionais locais, particularmente dos recursos humanos, técnicos, informacionais, capacidade de gestão e articulação entre diferentes serviços e políticas. (BICHIR, s/d.)

#### 4.2.1 A configuração territorial da oferta de educação: o porte dos municípios

A análise populacional, especialmente da quantidade de habitantes do município, indicou algumas características dos municípios selecionados que permitiu iniciar a identificação de um padrão desses municípios que entreviu algumas das relações intergovernamentais em curso no Plano de Ações Articuladas.

A partir dos dados do Censo de 2010, disponibilizados pelo IBGE, classificou-se os municípios de acordo com o tamanho de suas populações e comparou-as com os dados da Sase/MEC, nos termos de haver ou não PME.

Na análise dos municípios de Mato Grosso Sul, a divisão em classes de tamanho da população apontou uma aglutinação de municípios *sem* PME situada entre os de pequeno porte 1, 74%, especialmente entre aqueles de população de 1 a 20.000 habitantes, conforme se verifica na Tabela 7.

**Tabela 7 - Municípios SEM PME, por classes de tamanho da população Mato Grosso Sul**

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios SEM PME	%
1 a 20 mil	32	74,41
20mil a 50mil	9	20,93
50mil a 100mil	0	0
100mil a 900mil	2	4,66
900mil e +	0	0
Total	43	100

Fonte: Sase/MEC, 2012. Elaboração da autora.



Na análise dos municípios de Mato Grosso Sul, embora haja uma presença de municípios que declararam ter PME entre os de pequeno porte 1, especialmente entre aqueles de população de 1 a 20.000 habitantes, verifica-se também uma participação entre os municípios de pequeno porte 2, de acordo com a Tabela 8.

**Tabela 8 - Municípios que declararam ter PME, por classes de tamanho da população Mato Grosso Sul**

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios que declararam ter PME	%
1 a 20 mil	21	60
20mil a 50mil	11	31,43
50mil a 100mil	1	2,86
100mil a 900mil	2	5,71
900mil e +		
Total	35	100

Fonte: Sase/MEC, 2012. Elaboração da autora.

A análise do Rio de Janeiro apontou para a mesma tendência já identificada no estado de Mato Grosso Sul, na qual grande parte dos municípios *sem* PME situam-se entre os pequenos municípios com população de 1 a 20.000 habitantes. Em contrapartida, os municípios que declararam ter PME posicionam-se entre as classes de maior contingente populacional, representando uma concentração de 58% nestas classes. A Tabela 9 e Tabela 10 demonstram a tendência.

**Tabela 9 - Municípios SEM PME, por classes de tamanho da população Rio de Janeiro**

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios SEM PME	%
1 a 20 mil	13	41,93
20mil a 50mil	8	25,8
50mil a 100mil	3	9,68
100mil a 900mil	7	22,59
900mil e +	0	0
Total	31	100

Fonte: Sase/MEC, 2012. Elaboração da autora.

**Tabela 10 - Municípios que declararam ter PME, por classes de tamanho da população Rio de Janeiro**

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios que declararam ter PME.	%
1 a 20 mil	16	25,4
20mil a 50mil	20	31,75
50mil a 100mil	8	12,7
100mil a 900mil	17	26,98
900mil e +	2	3,17
Total	63	100

Fonte: Sase/MEC, 2012. Elaboração da autora.

A análise comparada dos municípios de Rondônia assinalou, da mesma forma, para o padrão percebido nos estados de Mato Grosso Sul e Rio de Janeiro, em que os pequenos municípios com população de 1 a 20.000 habitantes são os que majoritariamente *não* têm PME aprovado em lei. Dos municípios sem PME, 78% são os de pequeno porte 1, como demonstra a Tabela 11.

**Tabela 11 - Municípios SEM PME, por classes de tamanho da população Rondônia**

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios SEM PME	%
1 a 20 mil	32	78,05
20mil a 50mil	6	14,63
50mil a 100mil	2	4,88
100mil a 900mil	1	2,44
900mil e +		
Total	41	100

Fonte: Sase/MEC, 2012. Elaboração da autora.

Entre os municípios de Rondônia que declararam ter PME, observou-se uma divisão, uma metade situa-se entre aqueles de pequeno porte 2, médio e grande porte; e outra, entre os de pequeno porte 1, conforme Tabela 12.

**Tabela 12 - Municípios que declararam ter PME, por classes de tamanho da população Rondônia**

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios que declararam ter PME.	%
1 a 20 mil	8	50
20mil a 50mil	4	25
50mil a 100mil	3	18,75
100mil a 900mil	1	6,25

900mil e +		
Total	16	100

Fonte: Sase/MEC, 2012. Elaboração da autora.

A análise de Pernambuco indicou um comportamento diferenciado. Por um lado, confirmou a tendência em que os pequenos municípios, de 1 a 20mil habitantes (49%), são os que em sua maioria *não* possuem PME. Por outro lado, esses pequenos municípios também têm uma presença significativa (43%) entre os que possuem PME, como pode ser verificado na Tabela 13 e na Tabela 14 a seguir.

**Tabela 13 - Municípios SEM PME, por classes de tamanho da população Pernambuco**

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios SEM PME	%
1 a 20 mil	25	49.02
20mil a 50mil	20	39.21
50mil a 100mil	4	7.8
100mil a 900mil	1	1.96
900mil e +	1	1.96
Total	51	99.95

Fonte: Sase/MEC, 2012. Elaboração da autora.

**Tabela 14 - Municípios que declararam ter PME, por classes de tamanho da população Pernambuco**

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios que declararam ter PME.	%
1 a 20 mil	58	43.28
20mil a 50mil	47	35.07
50mil a 100mil	19	14.18
100mil a 900mil	10	7.46
900mil e +		
Total	134	99.99

Fonte: Sase/MEC, 2012. Elaboração da autora.

A classificação populacional associada às informações do monitoramento do indicador nº 1, da área 1, da dimensão 1: *existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)*, do Plano de Ações Articuladas, realizado pela Sase/MEC, demarcou uma tendência relativa à desigual distribuição de capacidades institucionais entre os municípios brasileiros.

A análise comparativa dos municípios, entre os que têm e os que não têm PME, realizou-se nos estados que se destacaram em suas respectivas regiões com maiores percentuais de PME aprovado em lei municipal. Contudo, nesses mesmos estados, configura-se uma tendência de aqueles de maior contingente populacional, especialmente os acima de 20.000 habitantes, serem os que alcançam uma determinada capacidade de articulação que os permitem elaborar, negociar e aprovar o seu PME e, assim, estabelecerem metas, planejarem investimentos, monitorarem e avaliarem a efetividade de suas políticas educacionais.

Tal tendência parece requerer um tratamento diferenciado para os pequenos municípios de 1 a 20 mil habitantes, posto que, a permanência deste cenário pode vir a configurar a manutenção de um quadro de desigualdades entre os municípios, exatamente aquele que o PAR se propôs a superar.

#### **4.2.2 O número de funcionários nas escolas dos municípios**

Além do porte populacional, outro item analisado com objetivo de compor um padrão dos municípios, comparativamente entre os que têm e os que não têm PME, foi a relação entre o número de matrículas no ensino fundamental e a quantidade funcionários destinados ao seu atendimento. Este item permitiu ainda circunscrever as capacidades institucionais dos municípios selecionados.

A classificação dos municípios de acordo com as classes de tamanho de suas populações, conforme dados do Censo de 2010 do IBGE, foi associada aos dados do Censo da Educação Básica do Inep, relativos ao número de matrículas e número de funcionários, cotejando-os aos dados da Sase/MEC, nos termos de haver ou não PME no município.

A relação entre número de matrículas e número de funcionários foi classificada em quatro faixas de atendimento: de 1 a 10 matrículas por funcionário; de 11 a 20 matrículas por funcionário; de 21 a 30 matrículas por funcionário; e 30 ou mais matrículas por funcionário.

Os municípios *sem* PME de Mato Grosso do Sul, em sua maioria de pequeno porte 1, realizam seu atendimento na relação de 1 funcionário para cerca de 10 alunos. Esta relação tende a alterar na medida em que aumenta a quantidade de habitantes, de forma que a relação passa a 1 funcionário para cerca de 11 a 20 alunos, conforme Tabela 15.

**Tabela 15 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios SEM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Mato Grosso do Sul**

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 1- 10	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 11- 20	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 21- 30	% Classes dos Municípios	TOTAL Municípios
1-20mil	19	90,5	12	57,1	1	100	32
20-50mil	2	9,5	7	33,3	0	0	9
50-100mil	0	0	0	0,0	0	0	0
100-900mil	0	0	2	9,5	0	0	2
900+	0	0	0	0,0	0	0	0
TOTAL	21	100,0	21	100,00	1	100	43

Fonte: Inep, Censo da Educação Básica, 2012. Elaboração da autora.

Os municípios de pequeno porte, tipo1 e tipo 2, de Mato Grosso do Sul com PME apresentaram uma distribuição semelhante, quando se alteram as faixas de 1 funcionário para cerca de 10 alunos ou de 1 funcionário para cerca de 11 a 20 alunos, nos termos da Tabela 16 a seguir.

**Tabela 16 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios COM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Mato Grosso do Sul**

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 1- 10	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 11- 20	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 21- 30	% Classes dos Municípios	TOTAL
1-20mil	10	66,7	11	61,1	0	0,0	21
20-50mil	5	33,3	5	27,8	1	50,0	11
50-100mil	0	0	1	5,6	0	0	1
100-900mil	0	0	1	5,6	1	50	2
900+	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	15	100	18	100,0	2	100	35

Fonte: Inep, Censo da Educação Básica, 2012. Elaboração da autora.

Os municípios sem PME do Rio de Janeiro, em sua maioria de pequeno porte 1, realizam seu atendimento na relação de 1 funcionário para cerca de 10 alunos. Esta relação tende a alterar à medida em que aumenta a quantidade de população, de forma que a relação passa a 1 funcionário para cerca de 11 a 20 alunos, conforme Tabela 15.

**Tabela 17 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios SEM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Rio de Janeiro**

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 1- 10	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 11- 20	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 21- 30	% Classes dos Municípios	TOTAL
1-20mil	12	66,7	1	8,3	0	0,0	13
20-50mil	4	22,2	4	33,3	0	0,0	8
50-100mil	2	11,1	1	8,3	0	0,0	3
100-900mil	0	0	6	50	1	100,0	7
900+	0	0	0	0	0	0,0	0
TOTAL	18	100,0	12	100	1	100,0	31

Fonte: Inep, Censo da Educação Básica, 2012. Elaboração da autora.

Os municípios com PME do Rio de Janeiro prestam o atendimento ao Ensino Fundamental na relação de 1 funcionário para cerca de 10 alunos, especialmente nos municípios de pequeno porte, tipo 1 e tipo 2, 77,7%. A relação passa a 1 funcionário para cerca de 11 a 20 alunos principalmente quando aumenta a quantidade de população, de acordo com a Tabela 18.

**Tabela 18 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios COM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Rio de Janeiro**

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 1- 10	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 11- 20	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 21- 30	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 30 +	% Classes dos Municípios	TOTAL
1-20mil	12	33,3	2	12,5	0	0	0	0	14
20-50mil	16	44,4	4	25	0	0	0	0	20
50-100mil	4	11,1	4	25	0	0	0	0	8
100-900mil	4	11,1	6	37,5	6	100	1	25	17
900+	0	0	0	0	0	0	2	75	2
TOTAL	36	100	16	100	6	100	3	100	61

Fonte: Inep, Censo da Educação Básica, 2012. Elaboração da autora.

A análise de Rondônia, nos termos da Tabela 19 e Tabela 20, confirma a tendência do atendimento apontada nos outros estados anteriores. Tal como Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, o atendimento realizado nos municípios de pequeno porte 1 se pauta-se pela relação

de 1 funcionário para cerca de 10 alunos. À medida que aumenta a quantidade de população, a relação passa a 1 funcionário para cerca de 11 a 20 alunos.

**Tabela 19 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios SEM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Rondônia**

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 1 a 10	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 11 a 20	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 21- 30	% Classes dos Municípios	Total de municípios
1-20mil	14	100	13	61,9	0	0	27
20-50mil	0	0	6	28,6	0	0	6
50-100mil	0	0	2	9,5	0	0	2
100-900mil	0	0	0	0	1	100	1
900+	0	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>36</b>

Fonte: Inep, Censo da Educação Básica, 2012. Elaboração da autora.

**Tabela 20 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios COM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Rondônia**

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 1 a 10	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 11 a 20	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 21 a 30	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 30 ou +	Total de municípios
1-20mil	2	100	6	54,5	0	0	0	8
20-50mil	0	0	3	27,3	1	100	0	4
50-100mil	0	0	2	18,2	0	0	1	3
100-900mil	0	0	0	0	0	0	1	1
900+	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>16</b>

Fonte: Inep, Censo da Educação Básica, 2012. Elaboração da autora.

Em Pernambuco, a faixa de atendimento de 1 funcionário para cerca de 10 alunos é a tendência entre os municípios de pequeno porte 1 e 2; e a faixa de 1 funcionário para cerca de 11 a 20 alunos, tal como nos outros estados, passa a ter incidência nos municípios com maior população, conforme Tabela 21 e Tabela 22.

**Tabela 21 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios SEM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Pernambuco**

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 1 a 10	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 11- 20	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 21- 30	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 30 +	% Classes dos Municípios	TOTAL
1-20mil	11	55	12	46,2	1	33,4	0	0	24
20-50mil	9	45	11	42,3	0	0	0	0	20
50-100mil	0	0	3	11,5	1	33,3	0	0	4
100-900mil	0	0	0	0	1	33,3	0	0	1
900+	0	0	0	0	0	0	1	100	1
TOTAL	20	100	26	100,0	4	100		100	50

Fonte: Inep, Censo da Educação Básica, 2012. Elaboração da autora.

**Tabela 22 - Relação entre número de matrículas do ensino fundamental por número de funcionários dos municípios COM PME, por faixas e classes de tamanho da população – Pernambuco**

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 1 a 10	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 11- 20	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 21- 30	% Classes dos Municípios	Relação matrícula no EF/Número de funcionários 30 +	% Classes dos Municípios	TOTAL
1-20mil	39	69,6	18	26,9	0	0,0	0	0,0	57
20-50mil	17	30,4	30	44,8	0	0,0	0	0,0	47
50-100mil	0	0	15	22,4	3	42,9	0	0,0	18
100-900mil	0	0	4	6,0	4	57,1	3	100,0	11
900+	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0
TOTAL	56	100	67	100	7	100,0	3	100,0	133

Fonte: Inep, Censo da Educação Básica, 2012. Elaboração da autora.

O padrão de atendimento de 1 funcionário para cerca de 10 alunos é a tendência entre os municípios de pequeno porte 1 e 2; e de 1 funcionário para cerca de 11 a 20 alunos passa a ter incidência nos municípios com maior população, conforme Apêndices Q, R, S e T.

A análise comparativa entre os municípios torna a apontar que os pequenos municípios situam-se em na faixa de atendimento de 1 funcionário para cerca de 10 alunos. Nesse sentido, é possível aventar que este único funcionário possa ser o docente, atuando com a mínima participação de equipes de apoio ou mesmo de auxiliares de ensino. Nessas circunstâncias, cabe problematizar se a relação de 1 funcionário para atender a cerca de 10



alunos possa se constituir em um indicador de recursos humanos para a oferta de educação fundamental e capacidade de oferta de qualidade de serviços do município.

### 4.2.3 O Ideb

O Ideb constitui-se em um índice sintético que articula indicadores de desempenho educacional de escolas, municípios, estados e do país. O Ideb tem se colocado como um dos principais indicadores para o monitoramento e avaliação das políticas de educação, utilizado pelos governos nacional e subnacionais e sociedade civil, de uma maneira geral. O MEC prevê apoio específico para reduzir a desigualdade entre as redes e escolas por meio do PAR.

Dois conceitos importantes para a qualidade da educação estão sintetizados no Ideb: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos por meio do Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil.

A série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas pelo país, escolas, municípios e unidades da Federação.

Em pesquisa no Inep, instituição responsável pela pesquisa, levantamento, sintetização e disseminação dos dados referentes ao Ideb, foi possível organizar os dados da série histórica 2005-2011, e cotejá-los com os dados populacionais da seleção dos municípios de MS, PE, RJ e RO, tomando como referência os dados de 2011.

A análise do desempenho educacional dos municípios de Mato Grosso do Sul apresentou dois padrões distintos: (i) o Ideb da 4ª série (5º ano), que alcança percentuais de 11,6% abaixo da meta estipulada; e (ii) o Ideb da 8ª série (9º ano), que indica percentuais de 57,7% abaixo da meta estipulada, conforme demonstram a Tabela 23 e a Tabela 24. (Apêndice C e D).

**Tabela 23 – Ideb dos municípios SEM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Mato Grosso do Sul**

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios c/ EF Anos Iniciais	Ideb abaixo da meta 4ª série	%	Total de Municípios c/ EF Anos Finais	Ideb abaixo da meta 8ª série	%
1-20mil	32	5	15,6	19	9	47,4

20-50mil	9	0	0	5	2	40
50-100mil	0	0	0	0	0	0
100-900mil	2	0	0	2	2	100
900+	0	0	0	0	0	0
TOTAL	43	5	11,6	26	15	57,7

Fonte: Inep. Elaboração da autora.

**Tabela 24 – Ideb dos municípios COM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Mato Grosso do Sul**

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios c/ EF Anos Iniciais	Ideb abaixo da meta 4ª série	%	Total de Municípios c/ EF Anos Finais	Ideb abaixo da meta 8ª série	%
1-20mil	21	2	9,5	14	8	57,1
20-50mil	11	2	18,2	10	4	40
50-100mil	1	0	0	0	0	0
100-900mil	2	1	50	2	1	50
900+	0	0	0	0	0	0
TOTAL	35	5	14,3	26	13	50

Fonte: Inep. Elaboração da autora.

A discrepância de desempenhos pode ser verificada em um mesmo município de Mato Grosso do Sul, que oferta os anos iniciais e finais do ensino fundamental. Independentemente do pote do município, há uma diferença de desempenho auferida, particularmente, entre o Ideb da 4ª série (5º ano) e o Ideb da 8ª série (9º ano).

Tal situação permite aventar algumas questões: por que os índices de desempenho alcançado nos anos iniciais do ensino fundamental não encontram prosseguimento nos anos finais de ensino fundamental dos mesmos municípios de Mato Grosso do Sul? O que ocorre na transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental? Tais respostas extrapolam os fins deste estudo e ficam indicadas à em uma pesquisa específica.

No que se refere aos municípios do Rio de Janeiro, o padrão que se estabeleceu apontou, mais uma vez, para os pequenos municípios de 1 a 20mil habitantes. Eles, responsáveis pela oferta do ensino fundamental, nos anos iniciais ou finais, apresentam um desempenho, em sua grande maioria, abaixo da meta estipulada. A observação da Tabela 25 permite perceber tal tendência e ainda é possível inferir que o desempenho abaixo da meta é predominante entre os municípios sem Plano Nacional de Educação. E sua ausência pode comprometer as possibilidades de superação desse tipo de desempenho. (Apêndice E e F)

**Tabela 25 – Ideb dos municípios SEM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Rio de Janeiro**

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios c/ EF Anos Iniciais	Ideb abaixo da meta 4ª série	%	Total de Municípios c/ EF Anos Finais	Ideb abaixo da meta 8ª série	%
1-20mil	13	9	69,2	10	7	70
20-50mil	8	4	50	8	2	20
50-100mil	3	2	66,7	3	2	66,7
100-900mil	7	5	71,4	7	3	30
900+	0	0	0	0	0	0
TOTAL	31	20	64,5	28	14	50

Fonte: Inep. Elaboração da autora.

A análise da Tabela 26, que relacionou os municípios com PME, permite identificar uma tendência à manutenção do mesmo quadro entre os desempenhos relativos aos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Os mesmos percentuais de desempenho são mantidos. Diferentemente de Mato Grosso do Sul, a transição entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental ocorre com a manutenção dos desempenhos alcançados na etapa anterior.

**Tabela 26 – Ideb dos municípios COM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Rio de Janeiro**

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios c/ EF Anos Iniciais	Ideb abaixo da meta 4ª série	%	Total de Municípios c/ EF Anos Finais	Ideb abaixo da meta 8ª série	%
1-20mil	14	10	71,4	14	10	71,4
20-50mil	20	6	30,0	20	6	30
50-100mil	8	3	37,5	8	3	37,5
100-900mil	17	8	47,1	17	8	47,1
900+	2	1	50,0	2	1	50
TOTAL	61	28	45,9	61	28	45,9

Fonte: Inep. Elaboração da autora.

Os municípios de Pernambuco com PME apresentaram a mesma situação de desempenho abaixo das metas estabelecidas tanto na etapa inicial do ensino fundamental quanto na etapa final. Em todas as classes de municípios percebe-se o desempenho aquém das metas, conforme Tabela 28. Em relação aos municípios sem PME, percebe-se a ocorrência de

baixo desempenho especialmente entre os municípios de pequeno porte com 52% abaixo da meta na 4ª série e 65% na 8ª série, na Tabela 27. (Apêndice A e B).

**Tabela 27 – Ideb dos municípios SEM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Pernambuco**

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios c/ EF Anos Iniciais	Ideb abaixo da meta 4ª série	%	Total de Municípios c/ EF Anos Finais	Ideb abaixo da meta 8ª série	%
1-20mil	25	13	52	20	13	65
20-50mil	20	1	5	19	7	36,8
50-100mil	4	1	25	4	2	50
100-900mil	1	0	0	1	0	0
900+	1	0	0	1	1	100
TOTAL	51	15	29,4	45	23	51,1

Fonte: Inep. Elaboração da autora.

**Tabela 28 – Ideb dos municípios COM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Pernambuco**

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios c/ EF Anos Iniciais	Ideb abaixo da meta 4ª série	%	Total de Municípios c/ EF Anos Finais	Ideb abaixo da meta 8ª série	%
1-20mil	58	15	25,9	53	21	39,6
20-50mil	47	19	40,4	42	21	50
50-100mil	19	10	52,6	17	12	70,6
100-900mil	10	5	50	9	5	55,6
900+	0	0	0	0	0	0
TOTAL	134	49	36,6	121	59	48,8

Fonte: Inep. Elaboração da autora.

A análise dos municípios de Rondônia apresentou um quadro tendendo ao alcance das metas do Ideb, no qual os municípios com PME se situaram quase todos dentro das metas estabelecidas com atingimento de 100% na 4ª série e 87,5% na 8ª série. Por outro lado, entre os municípios sem PME, o quadro se diferenciou com 28,2% abaixo da meta na 4ª série e 40%, na 8ª série, ocorrência que se situa entre os pequenos municípios de pequeno porte, tipo 1, conforme Tabela 29 e Tabela 30 a seguir. (Apêndice G e Apêndice H).

**Tabela 29 – Ideb dos municípios SEM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Rondônia**

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios c/ EF Anos Iniciais	Ideb abaixo da meta 4ª série	%	Total de Municípios c/ EF Anos Finais	Ideb abaixo da meta 8ª série	%
1-20mil	30	9	30	14	5	35,7
20-50mil	6	1	16,1	4	2	50
50-100mil	2	0	0	1	0	0
100-900mil	1	1	100	1	1	100
900+						
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>11</b>	<b>28,2</b>	<b>20</b>	<b>8</b>	<b>40</b>

Fonte: Inep. Elaboração da autora.

Contudo, se ressalta, mais uma vez, a tendência à concentração de Ideb fora da meta entre os pequenos municípios de pequeno porte, tipo 1, de 1 a 20mil habitantes.

**Tabela 30 – Ideb dos municípios COM PME, situação em relação à meta, por classes de tamanho da população – Rondônia**

Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios c/ EF Anos Iniciais	Ideb abaixo da meta 4ª série	%	Total de Municípios c/ EF Anos Finais	Ideb abaixo da meta 8ª série	%
1-20mil	3	0	0	3	0	100
20-50mil	4	0	0	2	1	50
50-100mil	3	0	0	3	0	100
100-900mil	1	0	0	0	0	0
900+	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>12,5</b>

Fonte: Inep. Elaboração da autora.

#### 4.2.4 A participação dos índices de educação na composição do IDHM

O IDHM, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é um índice que busca medir o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica. O IDH foi concebido

para ser aplicado no nível de países e grandes regiões, mas avançou sua aplicação no nível municipal, com as necessárias adaptações metodológicas e conceituais<sup>19</sup>.

O IDHM é formado a partir de uma metodologia de cálculo que envolve a transformação de três dimensões - longevidade, educação e renda - em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

A análise do IDHM dos municípios selecionados apresentou um padrão inequívoco, no qual os índices de educação impactam negativamente no cômputo geral do IDHM dos municípios estudados, diminuindo o valor final do indicador síntese.

Os índices de longevidade e de renda foram de forma recorrente maiores que os índices de educação, no âmbito da seleção de municípios da pesquisa:

- Em Pernambuco, em 182 dos 185 municípios, os índices de educação ficaram abaixo dos de renda e longevidade, excetuando-se os municípios de Cedro, Orocó e Abreu e Lima, em que os índices de renda foram mais baixos que os de educação (Apêndice M e N);
- No Rio de Janeiro, esta tendência se observou em 91 dos 92 municípios, exceto no município de Engenheiro Paulo de Frontin (Apêndice K e L);
- Em Mato Grosso do Sul e em Rondônia, todos os municípios apresentaram índices de educação mais baixos que os de renda e longevidade (Apêndice I, J e O, P).

Convém ressaltar que os resultados apresentados pelo IDHM receberam críticas relativas a fragilidades metodológicas e limitações conceituais de seus indicadores no meio acadêmico brasileiro e internacional e por equipes técnicas de vários ministérios. No que se refere aos indicadores de educação, o IDHM 2011 utilizou-se de dados defasados,

---

<sup>19</sup> O fato dos municípios serem unidades geográficas menores e sociedades muito mais abertas, dos pontos de vista econômico e demográfico, do que um país ou uma região, faz com que o PIB *per capita* não seja um bom indicador da renda efetivamente apropriada pela população residente, e a taxa combinada de matrícula não seja um bom indicador do nível educacional efetivamente vigente no município.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), esses indicadores foram substituídos, respectivamente pela renda familiar per capita média do município e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais). Além de representar melhor as condições de renda e de educação efetivamente vigentes no nível municipal, eles podem ser obtidos diretamente dos Censos Demográficos.

Além disso, a taxa de alfabetização de adultos, utilizada pelo IDH, foi substituída pela taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais (obtida diretamente dos dados censitários), mas essa substituição é irrelevante, pois as duas variáveis são, por definição, complementares. O quarto e último indicador utilizado pela metodologia do IDH-M, a esperança de vida ao nascer (obtida por métodos indiretos a partir dos dados censitários), é o mesmo conceito utilizado pelo IDH. Para mais informações, acesse: <http://www.dhnet.org.br> e <http://www.pnud.org.br>.

especialmente de 2005, para compor o indicador de anos esperados de escolaridade. Da mesma forma, há defasagem das taxas de pobreza e de extrema pobreza, do índice de Gini, do gasto público em políticas sociais. (COSTA; JANUZZI, 2013). Ainda assim, a situação dos resultados de educação, comparativamente aos de renda e longevidade, expõe um quadro preocupante que insta uma tomada de posição no que se refere ao campo educacional.

A análise dos dados compôs um quadro que permitiu avançar em algumas conclusões relativas à articulação federativa em curso no PAR.

Preliminarmente, no que se refere à análise do porte populacional dos municípios selecionados ao estudo, verificou-se que a grande parte dos municípios que não possuem PME são os municípios de pequeno porte, tipo 1, de 1 a 20 mil habitantes. Este quadro se confirmou nos estados de Rondônia (78%), Mato Grosso do Sul (74,4%), Pernambuco (49%), Rio de Janeiro (41,9%).

No que se refere à relação entre matrícula no ensino fundamental e número de funcionários de escola, constatou-se o predomínio da relação um funcionário para 10 matrículas nos municípios de pequeno porte, tipo 1, de 1 a 20 mil habitantes. Esse predomínio ocorreu em todos estados selecionados. À medida que ocorre o aumento do porte populacional dos municípios, a relação passa também a aumentar.

No que tange ao Ideb observado em 2011, averiguou-se dois tipos de resultados diferentes entre dois grupos: (i) MS e RO em que os índices obtidos por seus municípios ficaram em grande parte dentro das metas estipulada; (ii) RJ e PE em que as metas do Ideb em sua maior parte não foram alcançadas.

Em Mato Grosso do Sul, especificamente no Ideb da 4ª série, as metas foram alcançadas em 88,4% dos municípios sem PME e 85,7% dos com PME, o que aponta para um bom desempenho dos sistemas municipais de ensino. Em Rondônia, da mesma forma, os resultados obtidos na 4ª série também se situaram nas metas estipuladas em 71,8% dos municípios sem PME e em 100% dos que possuem PME. Na 8ª série, os índices chegaram a 60% e 87,4%, respectivamente, resultados que apontam para uma relação entre ausência do PME e baixo desempenho no Ideb.

Ressalta-se, contudo, que o caso de MS, que alcançou índices mantendo-se na meta em quase 90% de seus municípios na 4ª série, pode ser explicado pela adoção de ciclos de aprendizagem<sup>20</sup>, em que a organização do tempo escolar não se realiza em uma série por ano

---

<sup>20</sup> O ensino organizado em ciclos tem como pressuposto que determinados processos educativos devem ser organizados dentro de um período que atenda às demandas de desenvolvimento e aprendizagem das crianças e adolescentes, de forma que há várias séries em um mesmo período maior de ensino, podendo comportar duas ou

letivo, mas aumentando o período no qual ocorre a retenção e a reprovação. A alteração de seriação para ciclos de aprendizagem traz repercussões no cálculo do Ideb, posto que a taxa de reprovação constitui-se em item que compõe o índice. Ao zerar a taxa de reprovação, em determinados anos, a tendência é a repercussão positiva no cômputo final do Ideb.

No Rio de Janeiro e em Pernambuco, a tendência é de altos percentuais fora da meta estipulada do Ideb. Nos municípios sem PME do Rio de Janeiro, 64,5% na 4ª série e 50% na 8ª série; e nos que possuem PME 45,9% na 4ª e prosseguindo com o mesmo percentual na 8ª série. Nos municípios com PME de Pernambuco, 36,6% na 4ª série e 48,8% na 8ª série; e nos municípios sem PME, respectivamente, 29,4% na 4ª série e 51,1% na 8ª série.

Importa ressaltar, que os resultados das avaliações realizadas pelo Saeb, do qual o Ideb é um de seus produtos, mostram que muitos alunos não estão se apropriando dos conhecimentos básicos “ensinados” na escola. Contudo, há de se acrescentar que as avaliações realizadas neste contexto restringem-se a apenas dois componentes curriculares, sem alcançar os processos mais amplos e complexos de aprendizagem de conhecimentos, que não são passíveis de serem verificados nesse tipo de avaliação. Dessa forma, pode-se supor que a qualidade da educação oferecida nas escolas brasileiras seja ainda pior do que as avaliações externas têm demonstrado. (JACOMINI, 2009).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o Plano de Ações Articuladas, um instrumento de planejamento educacional, instituído no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, que se propõem a articular os entes federados de forma a superar as desigualdades históricas no provimento de educação básica. A análise do Plano de Ações Articuladas realizou-se, considerando a complexidade da articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, prescritas em lei e previstas no PAR.

Objetivou-se analisar as relações intergovernamentais, operadas por meio do PAR, e investigar os fatores que compõem um padrão de acesso aos programas do PAR por parte dos municípios e, dessa forma, realizar um estudo que dialogue com as formas de funcionamento do federalismo brasileiro em uma política de educação, que envolve diferentes entes federados, por meio de relações de adesão, exigências e contrapartidas ao plano.

Partiu-se da análise do padrão de acesso dos municípios ao Plano de Ações Articuladas por meio do exame do indicador nº 1, da área 1, da dimensão 1: *existência, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação (PNE)*. Buscou-se analisar o perfil dos municípios que possuem Plano Municipal de Educação; e identificar fatores que compõem o padrão do acesso dos municípios aos programas do PAR. Ainda que a presença do PME não se constitua em pré-requisito ao acesso aos programas do PAR, tal indicador permitiu compor um quadro comparativo entre os municípios e delinear alguns fatores que demonstram a capacidade institucional dos municípios e problematizar a viabilidade do acesso aos programas.

A hipótese que orientou a condução da pesquisa afirma que *os municípios com maior capacidade institucional são os que acessam os programas do PAR*. Isso porque se considerou que a qualidade da provisão e os resultados das políticas dependem das capacidades institucionais locais. Assim, buscou-se compor um referencial dos municípios que declararam ter Plano Municipal de Educação, utilizando-se das informações seguintes: o porte populacional dos municípios; relação entre número de matrículas e número de funcionários, docentes e não-docentes nas escolas dos municípios estudados; desempenho em relação às metas estipuladas para o Ideb; e o IDHM.

O porte populacional do município mostrou-se como um principal fator que distingue suas capacidades institucionais. O estudo do indicador selecionado demonstrou que os pequenos municípios de 1 a 20.000 habitantes são a maior parte daqueles municípios que não têm Plano Municipal de Educação, nos quais a efetivação das políticas públicas tende a

conviver com descontinuidade de projetos e programas educacionais, posto que não há metas definidas, construídas em suas respectivas assembleias municipais, pactuadas, planejadas, acompanhadas, monitoradas, avaliadas. Este é o quadro em 78% dos pequenos municípios de RO, em 74,4% de MS, 49% de PE e 41,9% do RJ. Entretanto, convém ressaltar que a ausência de PME não se constitui em atributo de pequenos municípios; há grandes municípios que operam sem.

Em dados comparados, ao que tange ao alcance das metas do Ideb, a análise dos municípios selecionados apontou para dois grupos de desempenho: (i) MS e RO com grande parte de seus municípios dentro das metas estipuladas; e (ii) RJ e PE com a maior parte das metas não alcançadas por seus municípios.

Contudo, a despeito dos resultados apresentados pelos dois grupos de desempenho, o padrão que se delineou na análise interna em todos os estados comprovou que os pequenos municípios de pequeno porte populacional, tipo 1, com 1 a 20mil habitantes, são os que *não* se mantiveram dentro das metas estipuladas no Ideb. Tais resultados evidenciam que o porte populacional dos municípios importa e confirmaram a hipótese que esses pequenos municípios possuem baixa capacidade institucional, posto que não possuem PME, situam-se fora das metas do Ideb e, portanto, terão dificuldades em acessar os programas do PAR.

O PAR, instrumento de planejamento com objetivos explícitos de superação das relações federalistas que engendram a manutenção de desigualdades, com objetivos estratégicos de articular os entes federados com vistas à equidade, justiça distributiva, anunciou-se como inaugurando um novo regime de cooperação que concilia a atuação dos entes federados, atendendo “a demanda educacional, compartilhando competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica, com vistas à melhoria dos indicadores educacionais”. Entretanto, no espaço de tempo destinado à pesquisa, de limites curtos de uma especialização *lato sensu*, foi possível perceber o imenso desafio em que se situa tal proposição.

Neste estudo, a superação da situação de desigualdade econômico-social entre as regiões do território brasileiro foi considerada como um desafio às políticas públicas ao mesmo tempo em que requerem uma articulação especial em seus processos de implementação. As relações federalistas brasileiras trazem raízes profundas, históricas tecidas na longa duração da formação econômica, política e social do país. E, até mesmo uma política produzida para superar as articulações federalistas, de manutenção da desigualdade regional, pode quedar inócua nos territórios em que a capacidade institucional local não alcança os requerimentos básicos para acessá-la e iniciar um diálogo profícuo e superador.

De qualquer forma, a capacidade institucional, financeira, técnica, gerencial das esferas municipais é heterogênea, ficando para a União ainda um papel decisório e financeiro privilegiado para a articulação. Aqui, se situa algumas recomendações aos gestores diretos do PAR. A esfera federal pode ir mais e alavancar os pequenos municípios, especialmente os de pequeno porte 1, impulsioná-los e fortalecê-los com vistas à superação das desigualdades. O PAR constitui-se em um bom começo, como um recurso institucional de indução, no sentido que aponta a literatura, de o governo federal viabilizar patamares básicos de serviços sociais para corrigir as desigualdades de capacidade de gasto e institucionais. (SOUZA, 2005; ARRETICHE, 2002, 2004; ALMEIDA, 2000).

O estudo também aponta para possíveis futuras agendas de pesquisa.

Trata-se do caso de Pernambuco, no qual a análise de seus municípios indicou um comportamento diferenciado, ao mesmo tempo em que confirmou a tendência de pequenos municípios, de 1 a 20mil habitantes são os que em sua maioria não possuem PME; por outro lado, esses pequenos municípios também têm uma presença significativa entre os que declararam possuir PME aprovado em lei municipal. A partir deste estudo comparativo do PAR, interessante seria o prosseguimento de um estudo de caso no estado com vistas a compor um quadro mais completo e explicativo de variáveis que competem ao alcance de tais resultados.

O caso dos municípios de Mato Grosso do Sul, cujo desempenho uniforme no Ideb da 4ª série (5º ano) é discrepante em relação aos outros estados, ao mesmo tempo em que tal desempenho não encontra prosseguimento nos anos finais de ensino fundamental dos mesmos municípios de Mato Grosso do Sul. Ao contrário, o desempenho dos mesmos municípios no Ideb da 8ª série (9º ano) indica haver problemas. Da mesma forma, o caso de Rondônia com bons resultados no alcance das metas do Ideb, que poderiam ser investigados em uma pesquisa específica.

Ainda na esfera de possível agenda de pesquisa, conformada a partir desses resultados iniciais exploratórios, situa-se o estudo da participação dos índices de desempenho da educação na composição do IDHM. O padrão encontrado nos estados de PE, MS, RJ e RO indicou a necessidade de um estudo de âmbito nacional que possa trazer uma retificação da tendência dos índices de educação recorrentemente apresentarem-se mais baixos que os de renda e longevidade; ou se não, influenciar uma agenda política que possa trazer as políticas públicas de educação ao lugar de prioridade nacional.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In Oliveira, Romualdo Portela de; Santana, Wagner (orgs). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Federalismo e proteção social: a experiência brasileira em perspectiva comparada. In: **Seminário Pacto Federativo e Guerra Fiscal no Brasil**. São Paulo: FGV, 2000.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, nº 18, Vol. 2, 2004.
- \_\_\_\_\_. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002, pp. 431 - 458.
- BOLÍVAR, Antonio. Equidad Educativa y Teorías de la Justicia. REICE. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 2005, vol. 3, n.2. Disponível em: <<http://www.rinace.net/arts/vol3num2/art4.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2012.
- COSTA, Luiz Costa; JANNUZZI, Paulo de Martino. O IDH mede mesmo o desenvolvimento humano? **Revista de Conjuntura**, Brasília, Ano XIII, n. 50, out. 2012/mar. 2013, pp. 08-09.
- JACOMINI, Márcia Aparecida. Educar sem reprovar: desafios de uma escola para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.3, p. 557-572, set./dez. 2009.
- MATUS, Carlos. 2007. “¿Hay ciencias para gobernar?” em **Teoría del Juego Social**. 1. ed. Remedios de Escalada: De la UNLa – Universidad Nacional de Lanús. pp. 28-52.
- MEC. **Manual técnico-operacional do módulo de monitoramento do Plano de ações articuladas – PAR**. 2009. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 fev 2013.
- MEC. **Questões importantes sobre o preenchimento do PAR 2011-2014** (4ª versão). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 fev 2013.
- MEC. **PDE em 10 capítulos, Ações que estão mudando a história da educação brasileira**. 2012
- SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC . **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 dez 2010.
- SOUZA, Celina. Federalismo. In MARTINS, Carlos B. **Ciência Política**. 2007.
- SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, vol. 24, jun. 2005, pp.105-121.

\_\_\_\_\_. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº 3, 2001, pp. 513- 560.

OLIVEIRA, Romualdo P. de. O federalismo e sua relação com a educação no Brasil. In OLIVEIRA, Romualdo P. de; SANTANA, Wagner (orgs.) **Educação e Federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

## ANEXO A - Número de Matrículas na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2012

### MATRÍCULAS

#### Educação Básica

1.2 - Número de Matrículas na Educação Básica por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2012

Unidade da Federação	Matrículas na Educação Básica									
	Localização / Dependência Administrativa									
	Total	Rural				Urbana				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	
Brasil	50.545.050	276.436	18.721.916	23.224.479	8.322.219	44.466.221	239.556	17.837.870	18.132.674	8.256.121
Norte	5.159.675	31.574	2.019.916	2.682.125	426.060	3.931.461	28.958	1.803.210	1.680.641	418.652
Rondônia	473.401	2.986	246.731	184.323	39.361	394.105	2.043	233.081	121.117	37.864
Acre	265.707	1.790	161.546	89.745	12.626	193.227	1.790	124.989	53.822	12.626
Amazonas	1.203.641	9.263	512.277	583.902	98.199	941.542	9.263	471.629	363.554	97.096
Roraima	144.548	2.448	81.464	49.638	10.998	112.016	1.953	60.669	38.415	10.979
Pará	2.426.426	11.307	663.766	1.545.480	205.873	1.730.331	10.895	598.104	918.470	202.862
Amapá	233.447	904	146.941	64.387	21.215	195.535	904	121.022	53.015	20.594
Tocantins	412.505	2.876	207.191	164.650	37.788	364.705	2.110	193.716	132.248	36.631
Nordeste	15.227.827	87.985	4.091.207	8.751.300	2.297.335	11.810.936	75.092	3.864.506	5.603.906	2.267.432
Maranhão	2.134.469	10.419	433.025	1.485.844	205.181	1.381.932	7.535	369.312	811.199	193.886
Piauí	949.815	8.821	277.796	553.761	109.437	716.646	8.532	269.131	330.973	108.010
Ceará	2.385.737	7.377	503.597	1.432.624	442.139	1.922.176	6.600	487.165	987.547	440.864
R. G. do Norte	894.366	12.844	286.433	431.482	163.607	757.407	11.515	274.573	308.712	162.607
Paraíba	1.043.867	6.808	354.690	517.197	165.172	873.712	6.262	337.731	365.174	164.545
Pernambuco	2.426.571	14.938	751.042	1.161.854	498.737	2.017.066	11.676	699.591	812.427	493.372
Alagoas	946.004	6.342	228.640	576.674	134.348	735.566	6.342	217.592	378.964	132.668
Sergipe	581.931	4.618	191.800	281.612	103.901	456.469	2.932	181.707	168.868	102.962

Bahia	3.865.067	15.818	1.064.184	2.310.252	474.813	2.949.962	13.698	1.027.704	1.440.042	468.518
Sudeste	19.958.462	92.340	8.011.617	7.869.511	3.984.994	19.211.710	81.734	7.821.813	7.343.050	3.965.113
Minas Gerais	4.842.066	34.881	2.267.712	1.807.009	732.464	4.519.333	26.702	2.195.750	1.567.618	729.263
Espírito Santo	922.905	10.897	291.173	506.145	114.690	846.071	9.048	278.556	445.631	112.836
Rio de Janeiro	3.802.938	38.524	973.666	1.740.840	1.049.908	3.630.408	38.053	944.792	1.605.786	1.041.777
São Paulo	10.390.553	8.038	4.479.066	3.815.517	2.087.932	10.215.898	7.931	4.402.715	3.724.015	2.081.237
Sul	6.551.598	42.295	2.898.325	2.630.992	979.986	6.112.016	37.351	2.739.940	2.358.373	976.352
Paraná	2.628.857	8.572	1.225.034	996.561	398.690	2.490.649	8.526	1.160.190	924.766	397.167
Santa Catarina	1.509.799	13.450	589.418	689.948	216.983	1.406.141	12.003	560.315	617.699	216.124
R. G. do Sul	2.412.942	20.273	1.083.873	944.483	364.313	2.215.226	16.822	1.019.435	815.908	363.061
Centro-Oeste	3.647.488	22.242	1.700.851	1.290.551	633.844	3.400.098	16.421	1.608.401	1.146.704	628.572
M. G. do Sul	673.445	2.455	267.606	318.246	85.138	611.496	2.022	252.107	273.939	83.428
Mato Grosso	872.017	5.707	445.155	335.587	85.568	761.124	3.955	396.642	275.122	85.405
Goiás	1.431.111	8.019	514.135	636.718	272.239	1.377.440	4.943	504.829	597.643	270.025
Distrito Federal	670.915	6.061	473.955	0	190.899	650.038	5.501	454.823	0	189.714

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

**APÊNDICE A - Municípios de Pernambuco sem PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)**

<b>Municípios PE sem PME</b>	<b>População</b>	<b>Ideb 2005 4ª série</b>	<b>Ideb 2007 4ª série</b>	<b>Ideb 2009 4ª série</b>	<b>Ideb 2011 4ª série</b>	<b>Ideb 2005 8ª série</b>	<b>Ideb 2007 8ª série</b>	<b>Ideb 2009 8ª série</b>	<b>Ideb 2011 8ª série</b>
Fernando de Noronha - PE	2.630								
Calumbi - PE	5.648	2.5	2.3	4.2	4.2	2.5	2.8	2.6	2.3
Brejinho - PE	7.307	3.2	3.7	3.9	4.1	2.9	3.0	2.6	2.8
Palmeirina - PE	8.189	2.1	2.7	3.0	4.1	2.1	2.7	2.4	2.3
Paranatama - PE	11.001	3.2	3.7	3.6	3.3	2.5	2.5	3.1	3.5
Caçado - PE	11.125	3.1	3.5	2.7	3.6	2.4	2.2		2.8
Moreilândia - PE	11.132	3.4	3.3	3.5	4.0	2.8	3.5	2.8	*
Iguaraci - PE	11.779	3.2	3.7	4.6	4.4	2.8	2.8	3.3	3.2
Carnaubeira da Penha - PE	11.782	2.5	2.3	3.3	3.4	3.6	2.9	2.8	3.7
Buenos Aires - PE	12.537	2.5	2.9	2.9	***				
Barra de Guabiraba - PE	12.776	2.4	2.7	3.2	3.3	2.4	2.6	2.2	2.6
Orocó - PE	13.180	2.7	2.5	3.2	3.7	2.9	3.0	3.0	3.4
Santa Filomena - PE	13.371	2.9	2.6	3.1	4.4	2.6	3.2	3.0	3.0
Primavera - PE	13.439	2.7	3.2	3.3	3.3		2.0	2.5	2.1
Santa Cruz - PE	13.594	2.9	2.9	3.3	3.3	2.7	3.0	3.4	3.1
Jatobá - PE	13.963	3.2	3.7	4.4	4.3				
Frei Miguelinho - PE	14.293	2.9	3.3	4.1	3.9		3.1	3.2	***
Mirandiba - PE	14.308	2.3	2.2	3.1	3.8		2.7	3.1	3.5
Joaquim Nabuco - PE	15.773	3.0	2.9	3.3	3.5	2.7	2.6	2.7	3.0
Dormentes - PE	16.917	3.1	3.4	5.2	5.3	2.6	2.9	3.9	4.2
Camocim de São Félix - PE	17.104	2.6	3.0	3.5	3.6	3.1	3.2	3.5	3.9
Cumarú - PE	17.183	3.4	3.7	4.0	4.4	3.2	3.1	3.4	3.0
Araçoiaba - PE	18.156	2.5	2.8	3.4	3.3	2.2	2.0	2.8	2.6
São José da Coroa Grande - PE	18.180	2.9	3.3	2.8	3.3	2.4	2.5	2.6	2.7



Capoeiras - PE	19.593	2.8	3.1	3.2	3.7	2.6	2.2	2.7	2.8
Parnamirim - PE	20.224	2.7	3.0	3.4	3.7	2.6	2.7	3.1	4.0
São Joaquim do Monte - PE	20.488	2.9	3.3	3.6	4.1	1.9	2.4	3.1	2.6
Feira Nova - PE	20.571	2.9	3.3	3.6	3.9	2.4	2.6	3.3	3.3
São João - PE	21.312	2.3	2.7	3.3	4.4	1.8	2.0	2.9	3.1
Amaraji - PE	21.939	2.8	3.4	3.7	3.8	2.8	2.9	3.3	2.6
Lagoa Grande - PE	22.760	2.6	3.0	3.1	4.2				
Cupira - PE	23.390	1.9	3.1	3.5	4.1	2.1	2.6	2.7	3.5
Canhotinho - PE	24.521		2.5	3.2	4.7	2.2	2.6	3.3	4.1
Panelas - PE	25.645	2.7	3.0	4.0	4.4	2.4	2.3	3.2	3.6
Gameleira - PE	27.912	2.4	2.6	3.2	3.3	2.8	2.5	2.8	2.8
Ipubi - PE	28.120	2.5	2.9	3.7	4.0	2.0	2.6	3.1	3.3
Floresta - PE	29.285	3.0	3.0	3.9	3.9	2.7	2.1	3.0	3.6
João Alfredo - PE	30.743	2.6	3.5	3.8	3.9		3.0	3.1	3.6
Custódia - PE	33.855	2.8	2.5	3.6	4.3	2.3	2.4	2.4	3.2
São Caitano - PE	35.274	2.5	3.1	3.5	4.4	2.4	2.3	3.3	3.6
Itambé - PE	35.398	2.6	3.0	3.2	3.3	1.9	2.2	2.7	2.5
Toritama - PE	35.554	2.4	2.5	2.9	3.6		1.8	2.4	2.4
Lajedo - PE	36.628	2.4	3.4		4.0	2.6	2.4	2.9	2.9
Brejo da Madre de Deus - PE	45.180	2.6	2.9	3.2	3.9	2.3	2.3	2.7	2.7
Bom Conselho - PE	45.503	2.3	2.8	3.7	4.1	2.5	2.7	2.8	2.9
Salgueiro - PE	56.629		3.8	4.1	4.5	2.7	3.0	2.7	3.2
Pesqueira - PE	62.931	3.4	3.3	3.9	3.7		3.1	3.8	3.3
Gravatá - PE	76.458	2.9	2.9	3.3	4.1	2.1	2.2	2.6	3.3
Araripina - PE	77.302	2.7	2.8	4.1	4.1				4.8
Garanhuns - PE	129.408	2.7	3.1	3.7	3.7	2.3	2.4	2.9	3.4
Recife - PE	1.537.704	3.2	3.8	4.1	4.1	2.8	2.5	2.7	2.9

**APÊNDICE B - Municípios de Pernambuco com PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)**

Municípios PE c/ PME	População	Ideb 2005 4ªsérie	Ideb 2007 4ªsérie	Ideb 2009 4ªsérie	Ideb 2011 4ªsérie	Ideb 2005 8ªsérie	Ideb 2007 8ªsérie	Ideb 2009 8ªsérie	Ideb 2011 8ªsérie
Itacuruba	4369	3.4	3.1	3.4	4.1	3.5	2.4	3.9	2.9
Ingazeira	4496		3.7	4.2	4.8	3.3	3.0	3.0	3.4
Solidão	5744	2.3	4.0	3.3	4.1	3.1	3.5	3.9	3.2
Terezinha	6737	2.4	3.1	3.7	3.9		3.3	3.5	3.8
Quixaba	6739	3.3	4.5	4.0	5.7	3.2	3.8	3.0	4.4
Granito	6855	3.4	2.9	3.4	3.2				
Ibirajuba	7534	3.0	2.9	3.5	4.3	2.5	2.3	3.3	2.7
Vertente do Lério	7873		3.1	3.6	4.1		2.8	3.4	3.5
Tuparetama	7925	3.5	3.8	4.4	4.7	2.5	2.8	4.6	3.7
Camutanga	8156	3.2	3.2	3.2	3.1	1.9	2.5	2.5	2.7
Brejão	8844	2.4	2.7	3.5	4.5				
Verdejante	9142	2.8	2.8	2.9	3.4	2.8	3.0	3.2	3.1
Terra Nova	9278	3.2	3.4	3.6	4.6		2.5	2.9	2.6
Salgadinho	9312	2.4	3.1	3.7	3.5	2.0	2.5	2.7	3.1
Angelim	10202	2.7	2.8	3.0	3.6	2.4	3.2	3.2	3.9
Jucati	10604	2.5	3.1	4.1	4.3	2.2	2.3	2.9	3.3
Cedro	10778	3.2	2.9	3.8	4.0	3.0	3.4	3.5	3.3
Santa Terezinha	10991	2.7	3.3	3.7	4.0	2.6	2.8	3.1	3.0
Saire	11240	2.9	3.5	3.4	4.7	2.9	3.0	3.3	*
Poção	11242	2.8	3.4	3.2	4.4		2.0	2.7	3.4
Belém de Maria	11353	3.1	3.4	3.7	3.5	2.7	3.5	3.8	3.5

Ferreiros	11430	3.4	3.0	3.6	3.8	2.6	3.0	3.1	3.1
Jaqueira	11501	2.5	2.6	3.4	3.0		3.0	3.7	3.4
Santa Cruz da Baixa Verde	11768	2.8	3.6	4.0	4.4	2.5	3.5	4.0	4.8
Betânia	12003	2.5	3.5	3.9	***		2.4		3.1
Lagoa do Ouro	12132	2.2	2.9	3.6	4.0	2.3	2.4	2.4	2.7
Maraial	12230	2.9	2.6	3.1	3.1	2.3	2.1	2.8	2.4
Cha de Alegria	12404	2.9	2.7	3.3	3.4	2.0	2.1	2.7	2.6
Cortes	12452	3.0	3.4	3.4	3.6	2.4	2.4		2.8
Tacaimbó	12725	2.5	3.3	3.0	3.4				
Santa Maria do Cambuca	13021	2.9	2.8	3.7	4.3	2.2	2.3	2.3	2.7
Tracunhaém	13055	3.3	3.0	3.3	3.4		2.1	3.2	3.2
Machados	13596	2.5	3.0	3.5	3.4		2.2	3.4	2.5
Jupi	13705	2.5	2.6	3.6	4.2	2.5	2.6	3.6	3.4
Alagoinha	13759	2.6	2.6	3.3	4.1		3.0	3.9	3.8
Casinhas	13766	3.2	3.9	3.3	3.6	2.9	3.0	3.0	3.1
Itapetim	13881	2.9	2.8	3.9	3.9	2.6	2.7	3.0	3.2
São Benedito do Sul	13941	2.5	2.8	2.9	4.1	1.9	1.6	2.9	3.7
Xexeu	14093	2.6	2.5	3.1	3.3	2.5	2.1	3.0	2.9
Jurema	14541	2.1	2.6	3.3	3.6	2.3	2.3	3.1	3.9
Triunfo	15006	3.4	4.2	3.6	4.7	3.4	3.4	3.6	4.5
Saloa	15309	2.8	3.0	3.6	4.0	2.6	2.6	2.6	3.2
Lagoa dos Gatos	15615	2.6	3.4	3.9	3.7	3.1	3.1	3.2	3.1
Itaquitinga	15692	2.7	2.9	3.0	2.9	2.2	2.0	2.4	2.6
Jatauba	15819	2.3	2.4	3.2	3.4	2.1	2.3	2.3	2.8

Lagoa do Carro	16007	3.3	3.4	3.6	3.4	2.6	2.7	2.9	2.9
Venturosa	16052	2.5	2.7	3.4	4.2		2.8	3.4	***
Sao Vicente Ferrer	17000	3.1	2.7	2.8	3.3	2.4	2.1	2.2	3.2
Correntes	17419	2.7	2.8	3.6	3.3	2.0	2.6	3.2	2.6
Afrânio	17586	3.3	3.3	4.1	4.3		2.7	3.2	2.9
Manari	18083		3.9	3.9	2.9		2.4	3.0	2.4
Vertentes	18222	2.4	2.6	3.3	3.9	2.7	2.8	3.0	3.4
Serrita	18331	2.6	2.9	3.7	3.5	2.6	2.7	3.1	2.9
Iati	18360	2.5	3.2	3.3	3.7	2.5	1.9	2.9	2.6
Carnaíba	18574	3.8	4.3	5.0	5.5	2.5	3.0	4.3	4.3
Cachoeirinha	18819	2.8	3.1	3.5	3.8	2.2	2.7	2.7	3.0
Inajá	19081	2.5	2.9	3.7	4.3	2.0		2.2	3.1
Riacho das Almas	19162	2.6	3.2	4.2	3.9	2.5	3.3	3.1	2.8
Cha Grande	20137	2.7	2.9	3.8	3.7	2.4	2.4	2.3	2.5
Belém de São Francisco	20253	2.6	3.2	2.9	4.2				
Lagoa do Itaenga	20659	2.6	3.4	3.7	4.0	2.1	1.8	2.4	2.5
Tamandaré	20715	3.2	3.7	3.3	3.4	2.3	2.8	2.8	2.8
Pedra	20944		3.3	3.8	3.3				
Ilha de Itamaracá	21884	3.1	3.5	3.8	3.6				
Sanharó	21955	2.7	3.1	3.4	4.0	2.8	2.7	3.0	3.4
Tacaratu	22068	3.6	2.9	3.8	4.3		3.6	3.5	4.1
Rio Formoso	22151	3.4	3.7	3.4	4.7	2.7	2.8	2.5	*
Flores	22169	3.2	3.5	3.7	4.3	2.7	2.4	2.9	3.2
Altinho	22353		3.0	3.4	4.0	2.5	3.0	2.9	2.8

Agrestina	22679	2.8	2.9	3.1	3.2		2.5	2.7	3.4
Orobo	22878	3.3	3.7	3.9	3.4	3.1	3.0	3.2	3.3
Itapissuma	23769	2.9	2.7	4.0	3.6				3.1
Macaparana	23925	2.9	3.2	3.1	3.3	2.6	2.8	2.7	2.7
Pombos	24046	2.8	3.1	3.7	3.5		2.3	2.6	2.2
Quipapa	24186	2.8	3.2	3.5	3.5	2.6	3.0	3.2	2.8
Condado	24282	2.5	2.6	3.2	3.6		2.5	3.5	2.2
Tupanatinga	24425	2.6	3.3	4.1	3.8		2.9	2.5	2.6
Taquaritinga do Norte	24903	3.6	3.7	3.4	4.1	3.0	3.0	2.9	3.6
Trindade	26116	2.7	3.0	3.7	4.3	2.6	2.8	3.1	3.8
Itaiba	26256	2.5	2.9	3.1	3.7	2.7	2.3	2.3	1.8
Tabira	26427	3.1	3.4	4.0	4.0	2.4	2.5	3.6	3.7
Caetes	26577		3.7	3.7	3.8		2.5	2.6	2.9
Ibimirim	26954	3.1	3.4	3.6	4.2				
Passira	28628	2.8	3.1	3.7	3.9	2.7	2.2	3.3	3.2
Gloria do Goita	29019	2.6	2.7	3.2	4.0	2.5	2.4	2.5	2.7
Vicencia	30732	2.4	2.9	3.0	3.2	2.7	2.9	2.5	2.6
Nazaré da Mata	30796	3.0	3.3	3.1	3.8	2.1	2.6	2.9	2.6
Cabrobo	30873	2.4	2.8	3.8	4.4	2.4	2.8	3.2	3.7
Exu	31636	2.6	2.5	3.5	4.0	2.9	3.4	3.2	4.2
São Jose do Egito	31829	3.4	4.0	4.2	4.6	3.2	3.5	3.6	3.7
Petrolândia	32492	3.2	3.7	4.4	4.5		3.3	3.8	4.1
São Jose Do Belmonte	32617	3.2	3.4	3.5	3.8	2.9	2.8	3.1	3.1
Água Preta	33095	2.7	2.6	2.9	3.3	2.0	2.0	2.6	2.6

Sertania	33787	3.1	3.1	3.2	4.3	3.0	2.8	2.9	3.4
Afogados da Ingazeira	35088	3.1	3.2	3.8	4.5	2.6	2.9	4.1	3.9
Bodoco	35158	2.7	2.6	3.0	3.4	2.8	2.8	3.0	3.0
Aliança	37415	2.3	2.3	3.1	2.9	2.0	2.3	2.6	2.6
Bonito	37566	2.5	2.8	2.8	4.3	2.7	2.6	2.5	3.2
Catende	37820	3.0	3.1	3.7	3.5	2.5	2.8	3.4	3.1
Bom Jardim	37826	2.7	3.1	3.6	4.2	2.8	2.7	3.2	3.2
Santa Maria da Boa Vista	39435	2.1	2.4	3.6	3.4	2.0	2.5	2.7	2.9
Águas Belas	40235		2.2	2.7	3.6		1.7	2.6	2.9
Sirinhaem	40296	2.7	2.6	3.2	3.3	2.4	2.5	2.7	2.5
Barreiros	40732	2.6	2.9	3.3	3.4	2.7	2.1	2.4	2.6
Ribeirão	44439	3.4	2.7	3.2	3.7	3.0	2.0	2.8	2.7
Paudalho	51357	2.6	3.1	3.3	3.6	2.7	2.7	2.8	3.0
Buique	52105	2.8	3.1	3.0	3.5			2.9	2.9
São Bento do Uma	53242	2.5	3.0	3.3	3.6	2.5	2.5	2.6	2.7
Timbauba	53825	3.3	3.5	3.5	3.9	3.0	3.3	3.4	3.8
Limoeiro	55439	3.1	3.1	3.7	4.0		3.0	3.6	3.0
Moreno	56696	2.9	3.2	3.6	3.3	2.7	2.8	2.8	2.7
Surubim	58515	3.2	3.4	3.7	3.9	2.7	3.3	3.1	3.0
Bezerros	58668	3.3	3.6	4.2	3.8	2.6	2.7	3.4	3.2
Palmares	59526	3.1	3.7	3.7	4.2	2.4	3.1	3.4	3.1
Escada	63517	2.6	2.9	3.4	3.7	2.6	2.4	2.7	2.7
Ouricuri	64358	2.4	2.8	3.0	3.3	2.3	2.6	2.7	2.8
Arcoverde	68793	2.8	3.1	3.9	3.9				

Belo Jardim	72432	3.5	3.2	2.8	3.3	2.8	3.7	1.9	3.1
Carpina	74858	3.6	3.1	4.2	3.7	3.2	3.0	3.5	3.3
Goiana	75644	3.0	3.0	3.2	3.5	2.2	2.3	2.3	2.3
Serra Talhada	79232	2.9	3.1	3.3	4.0	2.7	2.7	2.5	3.1
Ipojuca	80637	2.7	3.2	3.4	3.5	2.2	2.2	2.6	2.8
Santa Cruz do Capibaribe	87582	3.8	3.8	4.2	4.5	3.2	3.0	3.3	3.2
Abreu e Lima	94429	3.1	3.8	3.6	3.6			2.5	***
Igarassu	102021	2.8	2.9	3.7	3.5	2.2	2.4	2.6	2.9
São Lourenço da Mata	102895	2.8	3.0	3.5	3.6	2.6	2.6	2.6	2.6
Vitoria de Santo Antão	129974	3.0	3.0	3.8	3.4	2.4	2.7	2.4	2.6
Camaragibe	144466	3.1	3.2	3.6	3.9	1.9			***
Cabo de Santo Agostinho	185025	3.0	3.2	3.7	3.6	2.6	2.8	3.2	3.0
Petrolina	293962	3.3	3.6	4.1	4.8	2.9	3.4	3.7	4.1
Paulista	300466	3.3	3.2	3.5	3.9	2.7	2.5	2.8	3.0
Caruaru	314912	3.4	3.7	4.0	4.4	3.2	3.1	3.4	3.0
Olinda	377779	3.1	3.1	3.2	3.5	2.4	2.4	2.4	2.6
Jaboatão dos Guararapes	644620	2.8	3.1	3.8	3.9	2.6	2.8	3.2	3.0
Moreilandia		3.4	3.3	3.5	4.0	2.8	3.5	2.8	*

**APÊNDICE C - Municípios de Mato Grosso do Sul sem PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)**

Municípios MS sem PME	População	Ideb 2005 4ªsérie	Ideb 2007 4ªsérie	Ideb 2009 4ªsérie	Ideb 2011 4ªsérie	Ideb 2005 8ªsérie	Ideb 2007 8ªsérie	Ideb 2009 8ªsérie	Ideb 2011 8ªsérie
Água Clara – MS	14.424	3.4	3.8	4.6	5.4	4.1	4.0	4.3	4.8
Figueirão – MS	2.928			4.7	4.7				
Taquarussu – MS	3.518	3.6	3.2	4.1	4.6		4.1	3.5	3.6
Jateí – MS	4.011								
Alcinópolis – MS	4.569	2.6	4.5	3.9	4.2		4.4		4.0
Corguinho – MS	4.862	2.8	4.0	3.8	3.7		3.7	3.7	3.1
Rochedo – MS	4.928	3.1	3.4	4.4	4.5	2.7	2.9	4.1	3.6
Novo Horizonte do Sul - MS	4.940	2.6	3.0	3.4	4.5	3.0	2.3	3.0	4.4
Douradina – MS	5.364		3.9	4.4	4.5				
Caracol – MS	5.398	3.4	4.3	4.4	4.1	3.9	3.8	3.9	4.0
Juti - MS	5.900	2.6	3.1	3.5	3.2			2.6	3.0
Bandeirantes - MS	6.609	4.1	4.3	4.9	5.4				
Inocência - MS	7.669	3.0	3.8	5.0	4.8				
Japorã - MS	7.731	2.9	2.4	3.0	4.2	2.6	2.9	2.8	3.3
Pedro Gomes - MS	7.967	3.4	3.7	3.7	4.9				
Bodoquena - MS	7.985	3.5	4.2	4.4	4.7				
Antônio João - MS	8.208	2.7	3.6	4.0	4.3		3.5	3.2	4.0
Anaurilândia - MS	8.493	3.0	4.0	4.2	4.2				



Angélica - MS	9.185	3.6	3.9	5.0	5.1				
Glória de Dourados - MS	9.927	3.2	4.0	4.3	4.6				
Tacuru - MS	10.215	3.4	3.4	3.9	4.0		3.8	4.2	3.4
Brasilândia - MS	11.826	3.4	4.3	4.3	4.6	2.8	4.0	3.7	3.8
Deodápolis - MS	12.139	2.8	3.6		4.5		3.5	2.9	***
Nioaque - MS	14.391	2.9	3.1	3.5	4.0		3.5	3.6	3.3
Porto Murtinho - MS	15.372	3.1	3.5	3.8	4.2	3.2	3.6	3.6	3.7
Nova Alvorada do Sul - MS	16.432	3.4	3.9	3.9	4.7	3.5	3.7	3.9	4.2
Mundo Novo - MS	17.043	2.0	2.8	3.6	3.7		2.2	3.0	2.7
Terenos - MS	17.146	3.4	3.8	4.4	5.4				4.3
Rio Verde de Mato Grosso - MS	18.890	3.7	4.1	4.1	5.3				
Fátima do Sul - MS	19.035	3.4	4.3	4.5	4.8				
Bonito - MS	19.587	2.3	3.9	4.0	4.7	2.4	3.5	3.2	3.4
Ladário - MS	19.617	2.9	3.3	4.2	3.7	2.9	3.3	3.8	3.2
Itaporã - MS	20.865	3.9	4.5	4.6	5.0				
Ribas do Rio Pardo - MS	20.946	3.3	3.7	4.3	4.5	3.9	3.7	3.4	4.3
Ivinhema - MS	22.341	3.1	3.3	3.8	4.1				
Bela Vista - MS	23.181	2.7	3.5	3.9	4.3		3.7	3.5	3.5
Anastácio - MS	23.835	2.8	2.8	3.0	4.1				
Jardim - MS	24.346	3.5	3.9	4.2	4.6				
Rio Brilhante - MS	30.663	3.3	3.8	4.3	4.5	3.0	3.2	3.7	3.7
Coxim - MS	32.159	3.0	3.4	4.2	4.4	2.8	3.3	3.6	3.4
Nova Andradina - MS	45.585	3.5	3.8	4.8	5.4	2.9	3.3	4.7	4.4
Três Lagoas - MS	101.791	3.8	4.0	4.2	4.7		3.4	3.5	3.4
Dourados - MS	196.035	3.6	4.1	4.0	4.6	3.3	3.5	3.8	3.5

### APÊNDICE D - Municípios de Mato Grosso do Sul com PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)

Municípios MS com PME	População	Ideb 2005 4ªsérie	Ideb 2007 4ªsérie	Ideb 2009 4ªsérie	Ideb 2011 4ªsérie	Ideb 2005 8ªsérie	Ideb 2007 8ªsérie	Ideb 2009 8ªsérie	Ideb 2011 8ªsérie
Rio Negro - MS	5.036		4.1	3.5	4.0		3.7	3.3	***
Vicentina - MS	5.901		3.4		5.6				
Selvíria - MS	6.287	3.1	4.0	3.8	*			3.4	3.0
Jaraguari - MS	6.341	3.3	3.7	4.2	4.1	3.8	3.7	3.6	3.7
Laguna Carapã - MS	6.491	3.4	4.2	3.8	4.1	3.7	3.9	3.8	3.7
Santa Rita do Pardo - MS	7.259	3.0	3.7	4.0	3.6	3.9	3.7	3.8	3.3
Aral Moreira - MS	10.251	2.3	2.8	4.0	4.6		3.0		***
Dois Irmãos do Buriti - MS	10.363	3.0	3.5	4.0	4.5	3.2	3.5	3.8	4.1
Guia Lopes da Laguna - MS	10.366	3.2	3.5	3.6	4.5	3.7	3.9	4.9	4.7
Sete Quedas - MS	10.780	3.0	3.0	3.8	3.9		3.6		3.9
Batayporã - MS	10.936	2.8	3.6	3.7	4.4				
Eldorado - MS	11.694	2.1	3.0	3.4	3.6	3.6	3.3	3.2	3.3
Paranhos - MS	12.350	3.2	4.3	4.5	4.5	3.7	3.7	3.5	4.4
Camapuã - MS	13.625	3.3	3.5	3.8	4.3		3.5	4.0	3.8
Coronel Sapucaia - MS	14.064	3.2	3.5	3.6	4.0	2.8	3.3	3.3	3.1
Sonora - MS	14.833	4.0	4.4	4.2	4.8		4.3	4.3	4.5
Iguatemi - MS	14.875	3.1	4.2	4.0	4.7		3.1		***
Itaquiraí - MS	18.614	2.7	3.0	3.6	4.0				
Chapadão do Sul - MS	19.648	3.9	4.4	4.9	5.2	4.0	4.3	4.7	4.1
Costa Rica - MS	19.695	3.6	3.9	4.8	5.9		3.8	3.7	4.5
Bataguassu - MS	19.839	3.7	3.9	4.7	5.1				

Cassilândia - MS	20.966	3.8	4.1	4.1	4.5		4.0	3.8	3.6
São Gabriel do Oeste - MS	22.203	4.3	4.9	5.0	5.4	4.2	4.2	4.4	4.4
Aparecida do Taboado - MS	22.320	3.8	4.4	4.6	5.0				
Miranda - MS	25.595	2.8	3.1	3.6	3.5	3.0	3.3	3.8	3.3
Caarapó - MS	25.767	3.2	3.8	4.1	4.3	3.5	4.2	4.0	4.0
Amambai – MS	34.730	2.9	3.9	4.4	4.7	3.2	3.6	3.6	3.9
Maracaju – MS	37.405	3.8	4.2	4.2	5.1	3.8	3.9	4.0	3.6
Paranaíba – MS	40.192	3.6	4.4	4.5	5.0	3.4	4.2	3.9	4.0
Sidrolândia – MS	42.132	3.7	4.0	4.1	4.6	3.5	3.8	3.8	4.2
Aquidauana – MS	45.614	2.8	3.5	3.7	4.1	3.0	4.1	4.1	4.3
Naviraí – MS	46.424	3.9	4.4	4.7	5.4	3.8	4.2	4.1	4.8
Ponta Porã – MS	77.872	3.3	4.0	4.6	4.9	2.7	3.7	3.6	4.1
Corumbá – MS	103.703	3.1	3.4	3.7	3.9	2.7	3.0	3.3	3.5
Campo Grande - MS	786.797	4.2	5.1	5.2	5.8	3.7	4.5	4.8	5.0

### APÊNDICE E - Municípios do Rio de Janeiro sem PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)

Municípios RJ sem PME	População	Ideb 2005 4ªsérie	Ideb 2007 4ªsérie	Ideb 2009 4ªsérie	Ideb 2011 4ªsérie	Ideb 2005 8ªsérie	Ideb 2007 8ªsérie	Ideb 2009 8ªsérie	Ideb 2011 8ªsérie
Macuco – RJ	5.269	4.3	3.8	3.8	4.2				
São José de Ubá - RJ	7.003	5.4	5.5	5.4	5.5				
Laje do Muriaé - RJ	7.487	4.1	3.9	4.1	3.9	4.3	3.7	3.9	***
Comendador Levy Gasparian - RJ	8.180	4.1	4.4	5.1	5.4	3.8	3.6	3.5	3.8
Varre-Sai – RJ	9.475		5.0	4.6	4.7		3.0	3.4	3.8
Trajano de Moraes - RJ	10.289	5.4	4.6	5.0	5.6				
Santa Maria Madalena - RJ	10.321	5.0	4.3	4.5	5.2	4.8	4.2	4.3	4.9
Cardoso Moreira - RJ	12.600	3.5	3.2	3.8	3.8	4.1	3.3	4.3	4.3
Quatis – RJ	12.793	4.0	4.1	4.7	5.1	3.5	3.6	4.0	3.6
Engenheiro Paulo de Frontin - RJ	13.237	4.3	4.6	5.0	4.8	3.7	4.0	4.4	3.9
Carapebus – RJ	13.359	3.4	4.1	4.1	4.5	3.1	3.9	3.6	3.3
Cambuci – RJ	14.827	4.2	4.7	5.8	4.7		3.9	4.4	***
Porto Real – RJ	16.592	3.7	3.7	4.1	5.0		3.3	3.3	3.4
Quissamã – RJ	20.242	3.2	4.5	4.3	5.1	3.5	2.9	3.8	3.9
São José do Vale do Rio Preto - RJ	20.251	3.7	4.4	4.5	5.0	3.3	4.1	4.0	4.0
Cordeiro – RJ	20.430	4.1	4.0	4.0	4.2	3.7	3.8	3.8	*
Itaocara – RJ	22.899	3.6	4.3	4.4	4.7	3.5	3.8	3.6	4.0
Bom Jardim – RJ	25.333	4.3	4.2	4.7	4.6	3.9	3.9	4.8	4.6
Itatiaia – RJ	28.783	3.5	3.7	4.4	4.9	2.9	3.1	3.4	4.1
Paraty – RJ	37.533	3.7	4.0	4.5	4.4	4.0	3.7	3.7	2.9
São Francisco de Itabapoana - RJ	41.354	3.6	3.2	3.6	4.3		3.7	3.3	***

Cachoeiras de Macacu - RJ	54.273	3.9	3.9	3.8	4.1	3.8	4.0	3.8	*
Três Rios – RJ	77.432	3.9	4.0	4.3	4.5	4.0	3.9	3.8	4.2
Seropédica – RJ	78.186	3.2	3.6	3.7	4.3	3.5	3.7	3.5	3.7
Teresópolis – RJ	163.746	3.9	4.2	5.4	5.7	3.7	3.6	4.4	4.4
Mesquita – RJ	168.376	3.7	3.9	4.1	4.1	3.4	3.3	3.4	3.5
Barra Mansa – RJ	177.813	4.6	4.5	4.9	5.1	4.1	3.9	4.3	4.1
Magé – RJ	227.322	3.3	3.6	3.6	3.9	3.0	3.3	3.5	3.4
Volta Redonda - RJ	257.803	4.7	4.8	5.2	5.4	4.2	4.0	4.0	4.3
Belford Roxo – RJ	469.332	3.5	3.6	3.7	3.8	2.7	2.7	2.8	3.2
Duque de Caxias - RJ	855.048	3.3	3.7	3.8	4.3	2.5	2.7	2.7	3.5

**APÊNDICE F - Municípios do Rio de Janeiro com PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)**

Municípios RJ com PME	População	Ideb 2005 4ªsérie	Ideb 2007 4ªsérie	Ideb 2009 4ªsérie	Ideb 2011 4ªsérie	Ideb 2005 8ªsérie	Ideb 2007 8ªsérie	Ideb 2009 8ªsérie	Ideb 2011 8ªsérie
Rio das Flores	8.561	3.5	4.1	4.5	4.6	3.6	4.2	4.6	4.7
São Sebastião do Alto	8.895		4.4	4.7	4.8		4.5	4.8	4.9
Aperibé	10.213	5.1	5.8	6.1	5.5	5.2	5.9	6.2	5.6
Duas Barras	10.930	3.9	4.0	3.8	4.3	3.10	4.1	3.9	4.4
Areal	11.423	3.7	3.7	4.2	4.6	3.8	3.8	4.3	4.7
Italva	14.063	4.8	3.6	4.8	5.4	4.9	3.7	4.9	5.5
Sumidouro	14.900								
Natividade	15.082		3.8	4.0	4.5		3.9	4.1	4.6
Rio Claro	17.425	4.1	4.1	4.0	4.4	4.2	4.2	4.1	4.5
Carmo	17.434	3.6	4.2	4.4	4.3	3.7	4.3	4.5	4.4
Sapucaia	17.525	3.9	4.1	4.3	4.1	3.10	4.2	4.4	4.2
Porciúncula	17.760	4.3	4.3	4.6	4.6	4.4	4.4	4.7	4.7
Mendes	17.935	4.7	4.5	4.9	4.9	4.8	4.6	4.10	4.10
Cantagalo	19.830	3.4	3.7	3.9	3.9	3.5	3.8	3.10	3.10
Conceição de Macabu	21.211	3.7	4.8	4.7	4.6	3.8	4.9	4.8	4.7
Silva Jardim	21.349	3.9	3.7	3.6	4.1	3.10	3.8	3.7	4.2
Pinheiral	22.719	3.9	4.3	4.5	4.9	3.10	4.4	4.6	4.10
Iguaba Grande	22.851	3.7	4.3	4.5	4.6	3.8	4.4	4.6	4.7
Miguel Pereira	24.642	4.8	5.1	5.5	5.8	4.9	5.2	5.6	5.9
Piraí	26.314	4.2	4.8	4.9	5.2	4.3	4.9	4.10	5.3
Paty do Alferes	26.359	2.9	4.8	5.2	5.5	2.10	4.9	5.3	5.6
Miracema	26.843	4.9	4.7	5.1	5.3	4.10	4.8	5.2	5.4
Armação dos Búzios	27.560	3.9	4.2	4.5	4.6	3.10	4.3	4.6	4.7
Arraial do Cabo	27.715	4.0	3.7	4.1	4.5	4.1	3.8	4.2	4.6
Tanguá	30.732	3.2	3.7	3.8	4.5	3.3	3.8	3.9	4.6
São João da Barra	32.747	3.3	4.1	3.3	4.8	3.4	4.2	3.4	4.9
Vassouras	34.410	3.6	3.7	4.0	4.1	3.7	3.8	4.1	4.2

Casimiro de Abreu	35.347	4.2	4.9	4.8	5.2	4.3	4.10	4.9	5.3
Bom Jesus do Itabapoana	35.411	4.4	4.5	4.7	5.0	4.5	4.6	4.8	5.1
Mangaratiba	36.456	4.1	3.9	4.2	5.3	4.2	3.10	4.3	5.4
São Fidélis	37.543	3.8	4.6	4.5	5.1	3.9	4.7	4.6	5.2
Santo Antônio de Pádua	40.589	4.6	5.0	5.0	5.9	4.7	5.1	5.1	5.10
Paraíba do Sul	41.084	3.9	4.2	4.5	4.8	3.10	4.3	4.6	4.9
Paracambi	47.124	3.4	4.5	4.5	4.9	3.5	4.6	4.6	4.10
Guapimirim	51.483	3.0	3.5	4.0	4.3	3.1	3.6	4.1	4.4
Rio Bonito	55.551	3.5	4.2	4.5	4.8	3.6	4.3	4.6	4.9
Valença	71.843	3.8	4.5	4.7	4.7	3.9	4.6	4.8	4.8
Saquarema	74.234	3.3	4.1	4.4	4.8	3.4	4.2	4.5	4.9
São Pedro da Aldeia	87.875	3.7	4.1	4.3	4.7	3.8	4.2	4.4	4.8
Barra do Pirai	94.778	4.0	4.0	4.3	4.5	4.1	4.1	4.4	4.6
Japeri	95.492	3.1	3.7	3.6	3.8	3.2	3.8	3.7	3.9
Itaperuna	95.841	4.6	5.0	5.4	5.0	4.7	5.1	5.5	5.1
Rio das Ostras	105.676	4.2	5.1	5.3	5.7	4.3	5.2	5.4	5.8
Itaguaí	109.091	3.3	3.7	4.1	4.5	3.4	3.8	4.2	4.6
Araruama	112.008	3.9	3.8	4.2	4.5	3.10	3.9	4.3	4.6
Resende	119.769	4.0	4.1	4.4	5.2	4.1	4.2	4.5	5.3
Maricá	127.461	3.9	4.3	4.2	4.3	3.10	4.4	4.3	4.4
Queimados	137.962	3.7	3.9	3.9	4.2	3.8	3.10	3.10	4.3
Nilópolis	157.425	3.0	3.9	3.6	4.4	3.1	3.10	3.7	4.5
Angra dos Reis	169.511	3.6	4.4	4.2	5.1	3.7	4.5	4.3	5.2
Nova Friburgo	182.082	4.6	4.2	4.9	5.4	4.7	4.3	4.10	5.5
Cabo Frio	186.227	3.9	4.0	4.6	4.7	3.10	4.1	4.7	4.8
Macaé	206.728	4.4	4.7	5.0	5.0	4.5	4.8	5.1	5.1
Itaboraí	218.008	3.6	3.8	4.1	4.6	3.7	3.9	4.2	4.7
Petrópolis	295.917	4.1	4.4	4.6	4.9	4.2	4.5	4.7	4.10
São João de Meriti	458.673	3.7	3.6	4.0	4.2	3.8	3.7	4.1	4.3
Campos dos Goytacazes	463.731	2.9	4.3	3.3	3.6	2.10	4.4	3.4	3.7
Niterói	487.562	3.9	4.4	4.6	4.6	3.10	4.5	4.7	4.7





**APÊNDICE G - Municípios de Rondônia sem PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)**

Municípios RO sem PME	População	Ideb 2005 4ª série	Ideb 2007 4ª série	Ideb 2009 4ª série	Ideb 2011 4ª série	Ideb 2005 8ª série	Ideb 2007 8ª série	Ideb 2009 8ª série	Ideb 2011 8ª série
Pimenteiras do Oeste – RO	2315	3.3	3.3	4.5	4.2				
Rio Crespo – RO	3316	3.1	2.8	3.6	3.3				
Primavera de Rondônia – RO	3524	3.7	3.7	4.5	5.5				
Castanheiras – RO	3575								
Parecis – RO	4810		3.4	3.3	3.5		3.3		3.8
Teixeirópolis – RO	4888	3.2	3.9	4.0	5.2		3.7	3.1	3.6
Cacaulândia – RO	5736		3.5	4.2	4.8				
São Felipe D'Oeste – RO	6018	3.9	3.3	4.5	4.5	3.0	4.2	3.9	3.5
Cabixi – RO	6313	3.4	3.9	4.6	5.1				
Nova União – RO	7493	3.0	3.5	3.5	4.5	2.5	2.9	3.5	4.0
Vale do Paraíso – RO	8210	3.5	3.8	4.1	4.4	3.2	3.6	3.6	4.1
Chupinguaia – RO	8301	3.8	4.0	4.8	5.1				
Itapuã do Oeste – RO	8566	3.1	3.0	3.5	4.0				
Corumbiara – RO	8783	3.5	4.1		4.3				
Santa Luzia D'Oeste – RO	8886		4.0		4.1	3.0	2.7		***
Vale do Anari – RO	9384		3.5	3.9	4.3		3.8	3.6	*
Novo Horizonte do Oeste – RO	10240		3.8	4.2	4.3				
Ministro Andreazza – RO	10352	3.4	3.5	4.7	4.7	3.5	3.2	3.8	4.0
Governador Jorge Teixeira – RO	10512	3.0	3.5	4.2	4.0				
Theobroma – RO	10649								
Seringueiras – RO	11629	3.7	4.1	4.6	4.1				
Mirante da Serra – RO	11878	3.3	3.7	4.0	4.1				
Campo Novo de Rondônia – RO	12665	3.0	3.3	3.9	4.2	2.7	3.1	3.5	3.7
Alto Alegre dos Parecis – RO	12816	3.6	3.9	3.9	4.4		3.1	3.6	3.8
Costa Marques – RO	13678	2.6	3.8	3.7	4.0				
Monte Negro – RO	14091	3.3	3.7	3.6	4.1	3.2	3.4	3.6	4.0

Cujubim – RO	15854	2.7	2.9	3.5	3.8	2.4	3.0	3.4	3.0
Alvorada D'Oeste – RO	16853		3.2	3.7	4.4		3.6	3.5	3.7
Alto Paraíso – RO	17135	3.4	3.8	4.1	4.6	2.6	2.8	3.1	3.8
Colorado do Oeste – RO	18591				4.8				
Candeias do Jamari – RO	19779	3.1	3.6	3.3	3.3	3.1	1.8		2.7
Nova Brasilândia D'Oeste – RO	19874	3.9	4.2	4.1	5.2		3.6	3.2	3.7
São Miguel do Guaporé – RO	21828	3.8	4.0	4.0	4.4	3.5	4.2	3.7	4.1
Presidente Médici – RO	22319	3.3	4.0	4.7	4.4		4.0	4.3	3.8
Nova Mamoré – RO	22546	3.1	3.4	3.9	3.9				3.6
Machadinho D'Oeste – RO	31135	2.5	3.6	3.9	4.4	2.2	3.5	3.1	3.5
Buritis – RO	32383	3.1	3.9	4.2	4.7				
Pimenta Bueno – RO	33822	3.9	3.9	4.9	5.7				
Rolim de Moura – RO	50648	3.7	4.0	4.1	4.5		3.5		***
Vilhena – RO	76202	3.8	3.9	4.4	5.0	3.9	3.5	4.1	4.6
Porto Velho – RO	428527	3.5	3.8	4.1	4.2	3.3	3.2	3.1	3.2

**APÊNDICE H - Municípios de Rondônia com PME por População e Ideb de 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano)**

<b>Municípios RO com PME</b>	<b>População</b>	<b>Ideb 2005 4ª série</b>	<b>Ideb 2007 4ª série</b>	<b>Ideb 2009 4ª série</b>	<b>Ideb 2011 4ª série</b>	<b>Ideb 2005 8ª série</b>	<b>Ideb 2007 8ª série</b>	<b>Ideb 2009 8ª série</b>	<b>Ideb 2011 8ª série</b>
Urupá – RO	12974	4.0	4.1	4.7	5.2			3.7	3.9
São Francisco do Guaporé - RO	16035	2.7	3.6	3.8	5.2	2.9	3.6	3.6	3.9
Cerejeiras – RO	17029	3.9	4.1	4.7	5.1		3.7		4.1
Alta Floresta D'Oeste - RO	24392	3.2			***				
Espigão D'Oeste - RO	28729	3.9	4.3	4.5	4.8		3.9	4.1	3.9
Ouro Preto do Oeste - RO	37928	3.3	3.2	3.8	4.5	2.6	3.5	3.6	3.7
Guajará-Mirim - RO	41656	3.1	3.8	4.2	4.5				
Jaru – RO	52005	3.1	3.7	3.9	4.2	2.4	3.3	3.6	3.7
Cacoal – RO	78574	4.1	4.3	4.5	5.2	3.5	3.9	3.4	4.7
Ariquemes – RO	90353	3.5	3.7	4.2	4.4	3.3	3.3	3.5	3.9
Ji-Paraná – RO	116610	4.1	4.2	4.8	5.8				

## APÊNDICE I - Municípios de Mato Grosso do Sul sem PME por IDHM

<b>Município sem PME</b>	<b>População</b>	<b>Posição °</b>	<b>Nome</b>	<b>IDHM (2010)</b>	<b>IDHM Renda (2010)</b>	<b>IDHM Longevidade (2010)</b>	<b>IDHM Educação (2010)</b>
Figueirão – MS	2.928	65 °	Figueirão (MS)	0.660	0.677	0.830	0.511
Taquarussu – MS	3.518	47 °	Taquarussu (MS)	0.651	0.657	0.769	0.545
Jateí – MS	4.011	30 °	Jateí (MS)	0.708	0.716	0.857	0.579
Alcinópolis – MS	4.569	35 °	Alcinópolis (MS)	0.711	0.733	0.858	0.572
Corguinho – MS	4.862	51 °	Corguinho (MS)	0.671	0.684	0.830	0.531
Rochedo – MS	4.928	70 °	Rochedo (MS)	0.651	0.676	0.830	0.491
Novo Horizonte do Sul - MS	4.940	58 °	Novo Horizonte do Sul (MS)	0.649	0.656	0.798	0.523
Douradina – MS	5.364	18 °	Douradina (MS)	0.699	0.706	0.809	0.597
Caracol – MS	5.398	60 °	Caracol (MS)	0.522	0.647	0.628	0.826
Juti – MS	5.900	71 °	Juti (MS)	0.623	0.646	0.770	0.485
Bandeirantes – MS	6.609	50 °	Bandeirantes (MS)	0.681	0.694	0.848	0.537
Inocência – MS	7.669	51 °	Inocência (MS)	0.681	0.702	0.846	0.531
Japorã – MS	7.731	78 °	Japorã (MS)	0.526	0.547	0.791	0.337
Pedro Gomes – MS	7.967	38 °	Pedro Gomes (MS)	0.671	0.672	0.801	0.562
Bodoquena – MS	7.985	34 °	Bodoquena (MS)	0.666	0.665	0.776	0.573
Antônio João - MS	8.208	56 °	Antônio João (MS)	0.643	0.633	0.799	0.526
Anaurilândia - MS	8.493	49 °	Anaurilândia (MS)	0.670	0.676	0.826	0.538
Angélica - MS	9.185	29 °	Angélica (MS)	0.697	0.692	0.839	0.582
Glória de Dourados - MS	9.927	4 °	Glória de Dourados (MS)	0.721	0.705	0.822	0.648
Tacuru - MS	10.215	76 °	Tacuru (MS)	0.593	0.615	0.782	0.434
Brasilândia - MS	11.826	36 °	Brasilândia (MS)	0.701	0.721	0.837	0.570
Deodápolis - MS	12.139	21 °	Deodápolis (MS)	0.694	0.693	0.810	0.595
Nioaque - MS	14.391	72 °	Nioaque (MS)	0.639	0.658	0.822	0.483
Água Clara - MS	14.424	64 °	Água Clara (MS)	0.670	0.705	0.823	0.518
Porto Murtinho - MS	15.372	56 °	Porto Murtinho (MS)	0.666	0.677	0.830	0.526
Nova Alvorada do Sul - MS	16.432	44 °	Nova Alvorada do Sul (MS)	0.694	0.746	0.809	0.554
Mundo Novo - MS	17.043	37 °	Mundo Novo (MS)	0.686	0.707	0.808	0.565
Terenos - MS	17.146	61 °	Terenos (MS)	0.658	0.651	0.839	0.521

Rio Verde de Mato Grosso - MS	18.890	61 °	Rio Verde de Mato Grosso (MS)	0.673	0.686	0.852	0.521
Fátima do Sul - MS	19.035	9 °	Fátima do Sul (MS)	0.714	0.719	0.815	0.621
Bonito - MS	19.587	66 °	Bonito (MS)	0.670	0.714	0.831	0.508
Ladário - MS	19.617	10 °	Ladário (MS)	0.704	0.687	0.822	0.618
Itaporã - MS	20.865	58 °	Itaporã (MS)	0.654	0.660	0.809	0.523
Ribas do Rio Pardo - MS	20.946	63 °	Ribas do Rio Pardo (MS)	0.664	0.681	0.830	0.519
Ivinhema - MS	22.341	12 °	Ivinhema (MS)	0.720	0.715	0.850	0.615
Bela Vista - MS	23.181	27 °	Bela Vista (MS)	0.698	0.699	0.830	0.585
Anastácio - MS	23.835	42 °	Anastácio (MS)	0.663	0.663	0.789	0.557
Jardim - MS	24.346	21 °	Jardim (MS)	0.712	0.718	0.845	0.595
Rio Brilhante - MS	30.663	24 °	Rio Brilhante (MS)	0.715	0.720	0.861	0.590
Coxim - MS	32.159	30 °	Coxim (MS)	0.703	0.719	0.836	0.579
Nova Andradina - MS	45.585	11 °	Nova Andradina (MS)	0.721	0.716	0.850	0.616
Três Lagoas - MS	101.791	5 °	Três Lagoas (MS)	0.744	0.752	0.849	0.645
Dourados - MS	196.035	3 °	Dourados (MS)	0.747	0.753	0.843	0.657

## APÊNDICE J - Municípios de Mato Grosso do Sul com PME por IDHM

<b>Município com PME</b>	<b>População</b>	<b>Posição °</b>	<b>Nome</b>	<b>IDHM (2010)</b>	<b>IDHM Renda (2010)</b>	<b>IDHM Longevidade (2010)</b>	<b>IDHM Educação (2010)</b>
Rio Negro - MS	5.036	27 °	Rio Negro (MS)	0.709	0.702	0.869	0.585
Vicentina - MS	5.901	8 °	Vicentina (MS)	0.711	0.689	0.835	0.626
Selvíria - MS	6.287	33 °	Selvíria (MS)	0.682	0.668	0.825	0.576
Jaraguari - MS	6.341	53 °	Jaraguari (MS)	0.664	0.668	0.827	0.530
Laguna Carapã - MS	6.491	47 °	Laguna Carapã (MS)	0.672	0.676	0.822	0.545
Santa Rita do Pardo - MS	7.259	69 °	Santa Rita do Pardo (MS)	0.642	0.655	0.800	0.505
Aral Moreira - MS	10.251	67 °	Aral Moreira (MS)	0.633	0.628	0.798	0.507
Dois Irmãos do Buriti - MS	10.363	55 °	Dois Irmãos do Buriti (MS)	0.639	0.640	0.773	0.528
Guia Lopes da Laguna - MS	10.366	45 °	Guia Lopes da Laguna (MS)	0.675	0.677	0.826	0.549
Sete Quedas - MS	10.780	74 °	Sete Quedas (MS)	0.614	0.660	0.778	0.450
Batayporã - MS	10.936	41 °	Batayporã (MS)	0.684	0.702	0.814	0.559
Eldorado - MS	11.694	32 °	Eldorado (MS)	0.684	0.674	0.824	0.577
Paranhos - MS	12.350	75 °	Paranhos (MS)	0.588	0.566	0.811	0.444
Camapuã - MS	13.625	20 °	Camapuã (MS)	0.703	0.715	0.817	0.596
Coronel Sapucaia - MS	14.064	77 °	Coronel Sapucaia (MS)	0.589	0.607	0.806	0.417
Sonora - MS	14.833	42 °	Sonora (MS)	0.681	0.706	0.803	0.557
Iguatemi - MS	14.875	53 °	Iguatemi (MS)	0.662	0.671	0.817	0.530
Itaquiraí - MS	18.614	73 °	Itaquiraí (MS)	0.620	0.645	0.772	0.479
Chapadão do Sul - MS	19.648	2 °	Chapadão do Sul (MS)	0.754	0.758	0.850	0.665
Costa Rica - MS	19.695	15 °	Costa Rica (MS)	0.706	0.717	0.811	0.606
Bataguassu - MS	19.839	15 °	Bataguassu (MS)	0.710	0.698	0.847	0.606
Cassilândia - MS	20.966	6 °	Cassilândia (MS)	0.727	0.756	0.811	0.627
São Gabriel do Oeste - MS	22.203	14 °	São Gabriel do Oeste (MS)	0.729	0.751	0.850	0.608
Aparecida do Taboado - MS	22.320	25 °	Aparecida do Taboado (MS)	0.697	0.717	0.804	0.588
Miranda - MS	25.595	67 °	Miranda (MS)	0.632	0.638	0.782	0.507
Caarapó - MS	25.767	23 °	Caarapó (MS)	0.692	0.676	0.828	0.592
Amambai - MS	34.730	46 °	Amambai (MS)	0.673	0.683	0.818	0.546
Maracaju - MS	37.405	13 °	Maracaju (MS)	0.736	0.744	0.873	0.613
Paranaíba - MS	40.192	6 °	Paranaíba (MS)	0.721	0.727	0.823	0.627

Sidrolândia - MS	42.132	40 °	Sidrolândia (MS)	0.686	0.694	0.829	0.561
Aquidauana - MS	45.614	38 °	Aquidauana (MS)	0.688	0.690	0.840	0.562
Naviraí - MS	46.424	18 °	Naviraí (MS)	0.700	0.715	0.803	0.597
Ponta Porã - MS	77.872	17 °	Ponta Porã (MS)	0.701	0.708	0.812	0.598
Corumbá - MS	103.703	26 °	Corumbá (MS)	0.700	0.701	0.834	0.586
Campo Grande - MS	786.797	1 °	Campo Grande (MS)	0.784	0.790	0.844	0.724

## APÊNDICE K- Municípios do Rio de Janeiro sem PME por IDHM

Posição °	Nome	IDHM Educação (2010)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	Município sem PME	População
42 °	Macuco (RJ)	0.631	0.703	0.687	0.801	Macuco - RJ	5.269
81 °	São José de Ubá (RJ)	0.548	0.652	0.633	0.798	São José de Ubá - RJ	7.003
71 °	Laje do Muriaé (RJ)	0.575	0.668	0.649	0.800	Laje do Muriaé - RJ	7.487
61 °	Comendador Levy Gasparian (RJ)	0.605	0.685	0.676	0.785	Comendador Levy Gasparian - RJ	8.180
77 °	Varre-Sai (RJ)	0.555	0.659	0.636	0.810	Varre-Sai - RJ	9.475
83 °	Trajano de Moraes (RJ)	0.547	0.667	0.668	0.813	Trajano de Moraes - RJ	10.289
76 °	Santa Maria Madalena (RJ)	0.556	0.668	0.672	0.797	Santa Maria Madalena - RJ	10.321
87 °	Cardoso Moreira (RJ)	0.534	0.648	0.653	0.782	Cardoso Moreira - RJ	12.600
65 °	Quatis (RJ)	0.603	0.690	0.676	0.806	Quatis - RJ	12.793
8 °	Engenheiro Paulo de Frontin (RJ)	0.694	0.722	0.674	0.805	Engenheiro Paulo de Frontin - RJ	13.237
33 °	Carapebus (RJ)	0.644	0.713	0.699	0.805	Carapebus - RJ	13.359
58 °	Cambuci (RJ)	0.608	0.691	0.672	0.809	Cambuci - RJ	14.827
31 °	Porto Real (RJ)	0.645	0.713	0.688	0.817	Porto Real - RJ	16.592
56 °	Quissamã (RJ)	0.610	0.704	0.698	0.821	Quissamã - RJ	20.242
89 °	São José do Vale do Rio Preto (RJ)	0.533	0.660	0.670	0.806	São José do Vale do Rio Preto - RJ	20.251
25 °	Cordeiro (RJ)	0.649	0.729	0.724	0.826	Cordeiro - RJ	20.430
41 °	Itaocara (RJ)	0.635	0.713	0.696	0.820	Itaocara - RJ	22.899
91 °	Bom Jardim (RJ)	0.503	0.660	0.707	0.809	Bom Jardim - RJ	25.333
24 °	Itatiaia (RJ)	0.652	0.737	0.735	0.836	Itatiaia - RJ	28.783
84 °	Paraty (RJ)	0.544	0.693	0.726	0.842	Paraty - RJ	37.533
89 °	São Francisco de Itabapoana (RJ)	0.533	0.639	0.618	0.791	São Francisco de Itabapoana - RJ	41.354
65 °	Cachoeiras de Macacu (RJ)	0.603	0.700	0.695	0.817	Cachoeiras de Macacu - RJ	54.273
23 °	Três Rios (RJ)	0.656	0.725	0.725	0.801	Três Rios - RJ	77.432
27 °	Seropédica (RJ)	0.648	0.713	0.695	0.805	Seropédica - RJ	78.186
61 °	Teresópolis (RJ)	0.605	0.730	0.752	0.855	Teresópolis - RJ	163.746
14 °	Mesquita (RJ)	0.678	0.737	0.704	0.839	Mesquita - RJ	168.376
22 °	Barra Mansa (RJ)	0.657	0.729	0.720	0.819	Barra Mansa - RJ	177.813
44 °	Magé (RJ)	0.626	0.709	0.685	0.832	Magé - RJ	227.322
2 °	Volta Redonda (RJ)	0.720	0.771	0.763	0.833	Volta Redonda - RJ	257.803
67 °	Belford Roxo (RJ)	0.598	0.684	0.662	0.808	Belford Roxo - RJ	469.332



46°	Duque de Caxias (RJ)	0.624	0.711	0.692	0.833	Duque de Caxias - RJ	855.048
-----	----------------------	-------	-------	-------	-------	----------------------	---------

### APÊNDICE L - Municípios do Rio de Janeiro com PME por IDHM

Município sem PME	População	Colocação		IDHM Educação (2010)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)
Rio das Flores	8.561	71 °	Rio das Flores (RJ)	0.575	0.680	0.664	0.822
São Sebastião do Alto	8.895	85 °	São Sebastião do Alto (RJ)	0.536	0.646	0.638	0.789
Aperibé	10.213	42 °	Aperibé (RJ)	0.631	0.692	0.670	0.785
Duas Barras	10.930	87 °	Duas Barras (RJ)	0.534	0.659	0.677	0.790
Areal	11.423	74 °	Areal (RJ)	0.566	0.684	0.686	0.823
Italva	14.063	68 °	Italva (RJ)	0.595	0.688	0.692	0.792
Sumidouro	14.900	92 °	Sumidouro (RJ)	0.436	0.611	0.658	0.796
Natividade	15.082	11 °	Natividade (RJ)	0.683	0.730	0.707	0.806
Rio Claro	17.425	73 °	Rio Claro (RJ)	0.567	0.683	0.700	0.801
Carmo	17.434	58 °	Carmo (RJ)	0.608	0.696	0.683	0.813
Sapucaia	17.525	75 °	Sapucaia (RJ)	0.561	0.675	0.682	0.804
Porciúncula	17.760	60 °	Porciúncula (RJ)	0.606	0.697	0.698	0.802
Mendes	17.935	7 °	Mendes (RJ)	0.700	0.736	0.707	0.806
Cantagalo	19.830	54 °	Cantagalo (RJ)	0.614	0.709	0.705	0.822
Conceição de Macabu	21.211	35 °	Conceição de Macabu (RJ)	0.642	0.712	0.698	0.806
Silva Jardim	21.349	85 °	Silva Jardim (RJ)	0.536	0.654	0.657	0.793
Pinheiral	22.719	34 °	Pinheiral (RJ)	0.643	0.715	0.709	0.801
Iguaba Grande	22.851	6 °	Iguaba Grande (RJ)	0.704	0.761	0.744	0.841
Miguel Pereira	24.642	17 °	Miguel Pereira (RJ)	0.675	0.745	0.740	0.828
Piraí	26.314	50 °	Piraí (RJ)	0.620	0.708	0.714	0.803
Paty do Alferes	26.359	80 °	Paty do Alferes (RJ)	0.549	0.671	0.683	0.806
Miracema	26.843	29 °	Miracema (RJ)	0.646	0.713	0.696	0.805
Armação dos Búzios	27.560	46 °	Armação dos Búzios (RJ)	0.624	0.728	0.750	0.824
Arraial do Cabo	27.715	15 °	Arraial do Cabo (RJ)	0.677	0.733	0.722	0.805
Tanguá	30.732	81 °	Tanguá (RJ)	0.548	0.654	0.644	0.793

São João da Barra	32.747	79 °	São João da Barra (RJ)	0.551	0.671	0.686	0.800
Vassouras	34.410	46 °	Vassouras (RJ)	0.624	0.714	0.719	0.813
Casimiro de Abreu	35.347	35 °	Casimiro de Abreu (RJ)	0.642	0.726	0.734	0.811
Bom Jesus do Itabapoana	35.411	21 °	Bom Jesus do Itabapoana (RJ)	0.662	0.732	0.723	0.819
Mangaratiba	36.456	16 °	Mangaratiba (RJ)	0.676	0.753	0.746	0.845
São Fidélis	37.543	55 °	São Fidélis (RJ)	0.611	0.691	0.685	0.787
Santo Antônio de Pádua	40.589	27 °	Santo Antônio de Pádua (RJ)	0.648	0.718	0.709	0.806
Paraíba do Sul	41.084	56 °	Paraíba do Sul (RJ)	0.610	0.702	0.697	0.812
Paracambi	47.124	18 °	Paracambi (RJ)	0.666	0.720	0.689	0.812
Guapimirim	51.483	64 °	Guapimirim (RJ)	0.604	0.698	0.692	0.812
Rio Bonito	55.551	50 °	Rio Bonito (RJ)	0.620	0.710	0.705	0.819
Valença	71.843	18 °	Valença (RJ)	0.666	0.738	0.713	0.848
Saquarema	74.234	49 °	Saquarema (RJ)	0.621	0.709	0.714	0.804
São Pedro da Aldeia	87.875	44 °	São Pedro da Aldeia (RJ)	0.626	0.712	0.721	0.801
Barra do Piraí	94.778	20 °	Barra do Piraí (RJ)	0.665	0.733	0.723	0.819
Japeri	95.492	77 °	Japeri (RJ)	0.555	0.659	0.637	0.809
Itaperuna	95.841	25 °	Itaperuna (RJ)	0.649	0.730	0.716	0.837
Rio das Ostras	105.676	10 °	Rio das Ostras (RJ)	0.689	0.773	0.784	0.854
Itaguaí	109.091	40 °	Itaguaí (RJ)	0.638	0.715	0.703	0.814
Araruama	112.008	53 °	Araruama (RJ)	0.617	0.718	0.714	0.839
Resende	119.769	5 °	Resende (RJ)	0.709	0.768	0.762	0.839
Maricá	127.461	9 °	Maricá (RJ)	0.692	0.765	0.761	0.850
Queimados	137.962	70 °	Queimados (RJ)	0.589	0.680	0.659	0.810
Nilópolis	157.425	4 °	Nilópolis (RJ)	0.716	0.753	0.731	0.817
Angra dos Reis	169.511	61 °	Angra dos Reis (RJ)	0.605	0.724	0.740	0.846
Nova Friburgo	182.082	31 °	Nova Friburgo (RJ)	0.645	0.745	0.758	0.846
Cabo Frio	186.227	38 °	Cabo Frio (RJ)	0.640	0.735	0.743	0.836
Macaé	206.728	12 °	Macaé (RJ)	0.681	0.764	0.792	0.828
Itaboraí	218.008	69 °	Itaboraí (RJ)	0.593	0.693	0.690	0.813

Petrópolis	295.917	39 °	Petrópolis (RJ)	0.639	0.745	0.763	0.847
São João de Meriti	458.673	29 °	São João de Meriti (RJ)	0.646	0.719	0.693	0.831
Campos dos Goytacazes	463.731	52 °	Campos dos Goytacazes (RJ)	0.619	0.716	0.715	0.830
Niterói	487.562	1 °	Niterói (RJ)	0.773	0.837	0.887	0.854
Nova Iguaçu	796.257	37 °	Nova Iguaçu (RJ)	0.641	0.713	0.691	0.818
São Gonçalo	999.728	12 °	São Gonçalo (RJ)	0.681	0.739	0.711	0.833
Rio de Janeiro	6.320.446	3 °	Rio de Janeiro (RJ)	0.719	0.799	0.840	0.845

### APÊNDICE M - Municípios de Pernambuco sem PME por IDHM

PE - Municípios Excluídos	População	Posição °	Nome	IDHM Educação (2010)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)
Fernando de Noronha - PE	2630	1 °	Fernando de Noronha (PE)	0.748	0.788	0.781	0.839
Calumbi - PE	5648	122 °	Calumbi (PE)	0.460	0.571	0.567	0.715
Brejinho - PE	7307	88 °	Brejinho (PE)	0.493	0.574	0.563	0.681
Palmeirina - PE	8189	143 °	Palmeirina (PE)	0.438	0.549	0.554	0.681
Paranatama - PE	11001	160 °	Paranatama (PE)	0.418	0.537	0.528	0.703
Calçado - PE	11125	115 °	Calçado (PE)	0.468	0.566	0.529	0.731
Moreilândia - PE	11132	37 °	Moreilândia (PE)	0.540	0.600	0.522	0.768
Iguaraci - PE	11779	103 °	Iguaraci (PE)	0.480	0.598	0.580	0.770
Carnaubeira da Penha - PE	11782	70 °	Carnaubeira da Penha (PE)	0.508	0.573	0.491	0.755
Buenos Aires - PE	12537	102 °	Buenos Aires (PE)	0.481	0.593	0.556	0.778
Barra de Guabiraba - PE	12776	108 °	Barra de Guabiraba (PE)	0.474	0.577	0.558	0.726
Orocó - PE	13180	45 °	Orocó (PE)	0.528	0.610	0.545	0.787
Santa Filomena - PE	13371	166 °	Santa Filomena (PE)	0.406	0.533	0.496	0.752
Primavera - PE	13439	138 °	Primavera (PE)	0.444	0.580	0.572	0.767
Santa Cruz - PE	13594	143 °	Santa Cruz (PE)	0.438	0.549	0.522	0.722
Jatobá - PE	13963	17 °	Jatobá (PE)	0.573	0.645	0.604	0.775
Frei Miguelinho - PE	14293	143 °	Frei Miguelinho (PE)	0.438	0.576	0.575	0.758
Mirandiba - PE	14308	47 °	Mirandiba (PE)	0.525	0.591	0.512	0.769
Joaquim Nabuco - PE	15773	132 °	Joaquim Nabuco (PE)	0.449	0.554	0.561	0.676
Dormentes - PE	16917	86 °	Dormentes (PE)	0.495	0.589	0.558	0.741
Camocim de São Félix - PE	17104	109 °	Camocim de São Félix (PE)	0.472	0.588	0.585	0.738
Cumarú - PE	17183	112 °	Cumarú (PE)	0.470	0.572	0.553	0.720
Araçoiaba - PE	18156	85 °	Araçoiaba (PE)	0.498	0.592	0.544	0.765
São José da Coroa Grande - PE	18180	51 °	São José da Coroa Grande (PE)	0.522	0.608	0.585	0.736
Capoeiras - PE	19593	158 °	Capoeiras (PE)	0.419	0.549	0.529	0.746

Parnamirim - PE	20224	83 °	Parnamirim (PE)	0.499	0.599	0.556	0.776
São Joaquim do Monte - PE	20488	178 °	São Joaquim do Monte (PE)	0.381	0.537	0.549	0.741
Feira Nova - PE	20571	122 °	Feira Nova (PE)	0.460	0.600	0.581	0.807
São João - PE	21312	152 °	São João (PE)	0.426	0.570	0.565	0.768
Amaraji - PE	21939	125 °	Amaraji (PE)	0.454	0.580	0.575	0.748
Lagoa Grande - PE	22760	52 °	Lagoa Grande (PE)	0.520	0.597	0.581	0.705
Cupira - PE	23390	128 °	Cupira (PE)	0.453	0.592	0.601	0.763
Canhotinho - PE	24521	169 °	Canhotinho (PE)	0.403	0.541	0.543	0.725
Panelas - PE	25645	147 °	Panelas (PE)	0.433	0.569	0.546	0.778
Gameleira - PE	27912	42 °	Gameleira (PE)	0.532	0.602	0.541	0.759
Ipubi - PE	28120	147 °	Ipubi (PE)	0.433	0.550	0.541	0.712
Floresta - PE	29285	39 °	Floresta (PE)	0.538	0.626	0.588	0.775
João Alfredo - PE	30743	117 °	João Alfredo (PE)	0.466	0.576	0.569	0.720
Custódia - PE	33855	92 °	Custódia (PE)	0.489	0.594	0.607	0.706
São Caitano - PE	35274	114 °	São Caitano (PE)	0.469	0.591	0.583	0.756
Itambé - PE	35398	119 °	Itambé (PE)	0.463	0.575	0.566	0.727
Toritama - PE	35554	129 °	Toritama (PE)	0.452	0.618	0.655	0.797
Lajedo - PE	36628	81 °	Lajedo (PE)	0.503	0.611	0.599	0.758
Brejo da Madre de Deus - PE	45180	162 °	Brejo da Madre de Deus (PE)	0.417	0.562	0.581	0.734
Bom Conselho - PE	45503	147 °	Bom Conselho (PE)	0.433	0.563	0.585	0.704
Salgueiro - PE	56629	15 °	Salgueiro (PE)	0.580	0.669	0.645	0.799
Pesqueira - PE	62931	73 °	Pesqueira (PE)	0.506	0.610	0.597	0.751
Gravatá - PE	76458	65 °	Gravatá (PE)	0.510	0.634	0.630	0.794
Araripina - PE	77302	116 °	Araripina (PE)	0.467	0.602	0.595	0.785
Garanhuns - PE	129408	27 °	Garanhuns (PE)	0.556	0.664	0.662	0.795
Recife - PE	1537704	3 °	Recife (PE)	0.698	0.772	0.798	0.825

## APÊNDICE N - Municípios de Pernambuco com PME por IDHM

Municípios com PME	População	Colocação		IDHM Educação (2010)	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)
Itacuruba	4.369	49 °	Itacuruba (PE)	0.523	0.595	0.567	0.712
Ingazeira	4.496	65 °	Ingazeira (PE)	0.510	0.608	0.575	0.766
Solidão	5.744	98 °	Solidão (PE)	0.485	0.585	0.547	0.755
Terezinha	6.737	153 °	Terezinha (PE)	0.425	0.545	0.536	0.711
Quixaba	6.739	100 °	Quixaba (PE)	0.482	0.577	0.530	0.752
Granito	6.855	82 °	Granito (PE)	0.502	0.595	0.543	0.773
Ibirajuba	7.534	107 °	Ibirajuba (PE)	0.476	0.580	0.545	0.753
Vertente do Lério	7.873	121 °	Vertente do Lério (PE)	0.461	0.563	0.532	0.726
Tuparetama	7.925	26 °	Tuparetama (PE)	0.557	0.634	0.612	0.749
Camutanga	8.156	61 °	Camutanga (PE)	0.514	0.606	0.570	0.760
Brejão	8.844	162 °	Brejão (PE)	0.417	0.547	0.540	0.725
Verdejante	9.142	52 °	Verdejante (PE)	0.520	0.605	0.560	0.760
Terra Nova	9.278	41 °	Terra Nova (PE)	0.533	0.599	0.545	0.741
Salgadinho	9.312	168 °	Salgadinho (PE)	0.405	0.534	0.516	0.730
Angelim	10.202	133 °	Angelim (PE)	0.448	0.572	0.555	0.751
Jucati	10.604	130 °	Jucati (PE)	0.451	0.550	0.541	0.681
Cedro	10.778	17 °	Cedro (PE)	0.573	0.615	0.565	0.717
Santa Terezinha	10.991	48 °	Santa Terezinha (PE)	0.524	0.593	0.540	0.737
Saire	11.240	141 °	Sairé (PE)	0.440	0.585	0.581	0.784
Pocão	11.242	171 °	Poção (PE)	0.402	0.528	0.542	0.677
Belém de Maria	11.353	104 °	Belém de Maria (PE)	0.479	0.578	0.537	0.749
Ferreiros	11.430	56 °	Ferreiros (PE)	0.519	0.622	0.589	0.787
Jaqueira	11.501	125 °	Jaqueira (PE)	0.454	0.575	0.557	0.751

Santa Cruz da Baixa Verde	11.768	49 °	Santa Cruz da Baixa Verde (PE)	0.523	0.612	0.557	0.786
Betania	12.003	140 °	Betânia (PE)	0.441	0.559	0.533	0.742
Lagoa do Ouro	12.132	182 °	Lagoa do Ouro (PE)	0.369	0.525	0.536	0.733
Maraial	12.230	169 °	Maraial (PE)	0.403	0.534	0.541	0.698
Cha de Alegria	12.404	44 °	Chã de Alegria (PE)	0.529	0.604	0.546	0.762
Cortes	12.452	106 °	Cortês (PE)	0.478	0.568	0.541	0.707
Tacaimbó	12.725	154 °	Tacaimbó (PE)	0.423	0.554	0.536	0.748
Santa Maria do Cambuca	13.021	174 °	Santa Maria do Cambucá (PE)	0.393	0.548	0.571	0.735
Tracunhaem	13.055	79 °	Tracunhaém (PE)	0.504	0.605	0.567	0.776
Machados	13.596	117 °	Machados (PE)	0.466	0.578	0.541	0.767
Jupi	13.705	95 °	Jupi (PE)	0.487	0.575	0.560	0.698
Alagoinha	13.759	109 °	Alagoinha (PE)	0.472	0.599	0.569	0.801
Casinhas	13.766	92 °	Casinhas (PE)	0.489	0.567	0.518	0.721
Itapetim	13.881	87 °	Itapetim (PE)	0.494	0.592	0.598	0.704
Sao Benedito do Sul	13.941	166 °	São Benedito do Sul (PE)	0.406	0.530	0.499	0.736
Xexeu	14.093	146 °	Xexéu (PE)	0.436	0.552	0.549	0.703
Jurema	14.541	181 °	Jurema (PE)	0.372	0.509	0.522	0.681
Triunfo	15.006	13 °	Triunfo (PE)	0.591	0.670	0.624	0.817
Saloa	15.309	156 °	Saloá (PE)	0.421	0.559	0.559	0.744
Lagoa dos Gatos	15.615	164 °	Lagoa dos Gatos (PE)	0.416	0.551	0.555	0.725
Itaquitinga	15.692	68 °	Itaquitinga (PE)	0.509	0.586	0.554	0.715
Jatauba	15.819	178 °	Jataúba (PE)	0.381	0.530	0.549	0.712
Lagoa do Carro	16.007	77 °	Lagoa do Carro (PE)	0.505	0.609	0.566	0.789
Venturosa	16.052	99 °	Venturosa (PE)	0.484	0.592	0.570	0.751
Sao Vicente Ferrer	17.000	165 °	São Vicente Ferrer (PE)	0.414	0.549	0.558	0.715
Correntes	17.419	176 °	Correntes (PE)	0.385	0.536	0.551	0.726



Afranio	17.586	88 °	Afrânio (PE)	0.493	0.588	0.542	0.761
Manari	18.083	185 °	Manari (PE)	0.354	0.487	0.477	0.682
Vertentes	18.222	131 °	Vertentes (PE)	0.450	0.582	0.602	0.728
Serrita	18.331	64 °	Serrita (PE)	0.512	0.595	0.542	0.760
Iati	18.360	182 °	Iati (PE)	0.369	0.528	0.518	0.768
Carnaíba	18.574	77 °	Carnaíba (PE)	0.505	0.583	0.540	0.727
Cachoeirinha	18.819	142 °	Cachoeirinha (PE)	0.439	0.579	0.587	0.753
Inaja	19.081	172 °	Inajá (PE)	0.400	0.523	0.503	0.711
Riacho das Almas	19.162	160 °	Riacho das Almas (PE)	0.418	0.570	0.586	0.757
Cha Grande	20.137	139 °	Chã Grande (PE)	0.443	0.599	0.603	0.803
Belém de São Francisco	20.253	29 °	Belém do São Francisco (PE)	0.553	0.642	0.611	0.784
Lagoa do Itaenga	20.659	68 °	Lagoa do Itaenga (PE)	0.509	0.602	0.555	0.774
Tamandare	20.715	104 °	Tamandaré (PE)	0.479	0.593	0.583	0.745
Pedra	20.944	136 °	Pedra (PE)	0.445	0.567	0.550	0.743
Ilha de Itamaracá	21.884	32 °	Ilha de Itamaracá (PE)	0.548	0.653	0.627	0.809
Sanharó	21.955	61 °	Sanharó (PE)	0.514	0.603	0.564	0.758
Tacaratu	22.068	72 °	Tacaratu (PE)	0.507	0.573	0.521	0.711
Rio Formoso	22.151	73 °	Rio Formoso (PE)	0.506	0.613	0.562	0.809
Flores	22.169	154 °	Flores (PE)	0.423	0.556	0.544	0.745
Altinho	22.353	100 °	Altinho (PE)	0.482	0.598	0.559	0.792
Agrestina	22.679	112 °	Agrestina (PE)	0.470	0.592	0.581	0.760
Orobo	22.878	29 °	Orocó (PE)	0.553	0.610	0.536	0.766
Itapissuma	23.769	24 °	Itapissuma (PE)	0.564	0.633	0.589	0.764
Macaparana	23.925	70 °	Macaparana (PE)	0.508	0.609	0.571	0.778
Pombos	24.046	119 °	Pombos (PE)	0.463	0.598	0.584	0.790
Quipapa	24.186	151 °	Quipapá (PE)	0.427	0.552	0.530	0.743

Condado	24.282	46 °	Condado (PE)	0.527	0.602	0.581	0.713
Tupanatinga	24.425	180 °	Tupanatinga (PE)	0.379	0.519	0.494	0.747
Taquaritinga do Norte	24.903	52 °	Taquaritinga do Norte (PE)	0.520	0.641	0.636	0.796
Trindade	26.116	124 °	Trindade (PE)	0.455	0.595	0.602	0.768
Itaiba	26.256	184 °	Itaiba (PE)	0.364	0.510	0.531	0.688
Tabira	26.427	79 °	Tabira (PE)	0.504	0.605	0.570	0.770
Caetes	26.577	175 °	Caetés (PE)	0.392	0.522	0.497	0.732
Ibimirim	26.954	134 °	Ibimirim (PE)	0.446	0.552	0.533	0.706
Passira	28.628	95 °	Passira (PE)	0.487	0.592	0.559	0.763
Gloria do Goita	29.019	73 °	Glória do Goitá (PE)	0.506	0.604	0.570	0.765
Vicencia	30.732	40 °	Vicência (PE)	0.534	0.605	0.551	0.754
Nazare da Mata	30.796	12 °	Nazaré da Mata (PE)	0.604	0.662	0.608	0.789
Cabrobo	30.873	38 °	Cabrobó (PE)	0.539	0.623	0.581	0.773
Exu	31.636	125 °	Exu (PE)	0.454	0.576	0.543	0.775
Sao Jose do Egito	31.829	28 °	São José do Egito (PE)	0.554	0.635	0.602	0.769
Petrolandia	32.492	43 °	Petrolândia (PE)	0.531	0.623	0.604	0.755
Sao Jose do Belmonte	32.617	52 °	São José do Belmonte (PE)	0.520	0.610	0.569	0.769
Água Preta	33.095	150 °	Água Preta (PE)	0.432	0.553	0.514	0.761
Sertania	33.787	65 °	Sertânia (PE)	0.510	0.613	0.601	0.752
Afogados da Ingazeira	35.088	23 °	Afogados da Ingazeira (PE)	0.565	0.657	0.623	0.807
Bodoco	35.158	136 °	Bodocó (PE)	0.445	0.565	0.543	0.745
Aliança	37.415	94 °	Aliança (PE)	0.488	0.604	0.565	0.799
Bonito	37.566	157 °	Bonito (PE)	0.420	0.561	0.559	0.754
Catende	37.820	59 °	Catende (PE)	0.515	0.609	0.578	0.760
Bom Jardim	37.826	59 °	Bom Jardim (PE)	0.515	0.602	0.552	0.767

Santa Maria da Boa Vista	39.435	109 °	Santa Maria da Boa Vista (PE)	0.472	0.590	0.564	0.773
Águas Belas	40.235	176 °	Águas Belas (PE)	0.385	0.526	0.546	0.691
Sirinhaem	40.296	90 °	Sirinhaém (PE)	0.492	0.597	0.568	0.763
Barreiros	40.732	91 °	Barreiros (PE)	0.491	0.586	0.561	0.730
Ribeirao	44.439	58 °	Ribeirão (PE)	0.516	0.602	0.595	0.711
Paudalho	51.357	34 °	Paudalho (PE)	0.545	0.639	0.612	0.782
Buíque	52.105	173 °	Buíque (PE)	0.395	0.527	0.497	0.746
Sao Bento do Una	53.242	134 °	São Bento do Una (PE)	0.446	0.593	0.593	0.789
Timbauba	53.825	56 °	Timbaúba (PE)	0.519	0.618	0.592	0.769
Limoeiro	55.439	14 °	Limoeiro (PE)	0.583	0.663	0.628	0.797
Moreno	56.696	24 °	Moreno (PE)	0.564	0.652	0.610	0.805
Surubim	58.515	32 °	Surubim (PE)	0.548	0.635	0.617	0.756
Bezerros	58.668	95 °	Bezerros (PE)	0.487	0.606	0.608	0.752
Palmares	59.526	31 °	Palmares (PE)	0.550	0.622	0.588	0.744
Escada	63.517	35 °	Escada (PE)	0.543	0.632	0.594	0.781
Ouricuri	64.358	158 °	Ouricuri (PE)	0.419	0.572	0.578	0.773
Arcoverde	68.793	22 °	Arcoverde (PE)	0.567	0.667	0.654	0.799
Belo Jardim	72.432	61 °	Belo Jardim (PE)	0.514	0.629	0.617	0.783
Carpina	74.858	8 °	Carpina (PE)	0.619	0.680	0.630	0.806
Goiana	75.644	16 °	Goiana (PE)	0.576	0.651	0.614	0.779
Serra Talhada	79.232	19 °	Serra Talhada (PE)	0.571	0.661	0.632	0.800
Ipojuca	80.637	83 °	Ipojuca (PE)	0.499	0.619	0.613	0.774
Santa Cruz do Capibaribe	87.582	73 °	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	0.506	0.648	0.667	0.806
Abreu e Lima	94.429	6 °	Abreu E Lima (PE)	0.632	0.679	0.625	0.791
Igarassu	102.021	11 °	Igarassu (PE)	0.606	0.665	0.622	0.781

São Lourenço da Mata	102.895	19 °	São Lourenço da Mata (PE)	0.571	0.653	0.614	0.793
Vitoria de Santo Antônio	129.974	35 °	Vitória de Santo Antônio (PE)	0.543	0.640	0.629	0.768
Camaragibe	144.466	7 °	Camaragibe (PE)	0.628	0.692	0.656	0.805
Cabo De Santo Agostinho	185.025	10 °	Cabo de Santo Agostinho (PE)	0.609	0.686	0.654	0.812
Petrolina	293.962	9 °	Petrolina (PE)	0.611	0.697	0.695	0.799
Paulista	300.466	2 °	Paulista (PE)	0.703	0.732	0.673	0.830
Caruaru	314.912	21 °	Caruaru (PE)	0.569	0.677	0.681	0.799
Olinda	377.779	4 °	Olinda (PE)	0.675	0.735	0.704	0.836
Jaboatão dos Guararapes	644.620	5 °	Jaboatão dos Guararapes (PE)	0.642	0.717	0.692	0.830

### APÊNDICE O - Municípios de Rondônia sem PME por IDHM

Municípios sem PME	População	Posição °	Nome	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Pimenteiras do Oeste - RO	2315	17 °	Pimenteiras do Oeste (RO)	0.665	0.662	0.816	0.545
Rio Crespo - RO	3316	27 °	Rio Crespo (RO)	0.643	0.637	0.813	0.513
Primavera de Rondônia - RO	3524	28 °	Primavera de Rondônia (RO)	0.641	0.645	0.799	0.512
Castanheiras - RO	3575	16 °	Castanheiras (RO)	0.658	0.650	0.803	0.547
Parecis - RO	4810	35 °	Parecis (RO)	0.617	0.604	0.800	0.485
Teixeirópolis - RO	4888	31 °	Teixeirópolis (RO)	0.643	0.653	0.818	0.498
Cacaulândia - RO	5736	30 °	Cacaulândia (RO)	0.646	0.664	0.801	0.506
São Felipe D'Oeste - RO	6018	11 °	São Felipe D'Oeste (RO)	0.649	0.615	0.780	0.571
Cabixi - RO	6313	14 °	Cabixi (RO)	0.650	0.650	0.757	0.559
Nova União - RO	7493	46 °	Nova União (RO)	0.587	0.608	0.753	0.442
Vale do Paraíso - RO	8210	35 °	Vale do Paraíso (RO)	0.627	0.641	0.792	0.485
Itapuã do Oeste - RO	8566	34 °	Itapuã do Oeste (RO)	0.614	0.633	0.751	0.488
Corumbiara - RO	8783	38 °	Corumbiara (RO)	0.613	0.630	0.774	0.473
Santa Luzia D'Oeste - RO	8886	13 °	Santa Luzia D'Oeste (RO)	0.670	0.657	0.812	0.564
Vale do Anari - RO	9384	51 °	Vale do Anari (RO)	0.584	0.626	0.756	0.421
Novo Horizonte do Oeste - RO	10240	21 °	Novo Horizonte do Oeste (RO)	0.634	0.606	0.799	0.527
Ministro Andreazza - RO	10352	25 °	Ministro Andreazza (RO)	0.638	0.647	0.776	0.518
Governador Jorge Teixeira - RO	10512	44 °	Governador Jorge Teixeira (RO)	0.596	0.627	0.762	0.444
Theobroma - RO	10649	48 °	Theobroma (RO)	0.589	0.622	0.757	0.434
Seringueiras - RO	11629	49 °	Seringueiras (RO)	0.598	0.644	0.779	0.427
Mirante da Serra - RO	11878	32 °	Mirante da Serra (RO)	0.643	0.673	0.800	0.494
Campo Novo de Rondônia - RO	12665	52 °	Campo Novo de Rondônia (RO)	0.593	0.667	0.772	0.404
Alto Alegre dos Parecis - RO	12816	22 °	Alta Floresta D'Oeste (RO)	0.641	0.657	0.763	0.526
Costa Marques - RO	13678	33 °	Costa Marques (RO)	0.611	0.616	0.751	0.493
Alvorada D'Oeste - RO	16853	20 °	Alvorada D'Oeste (RO)	0.643	0.654	0.763	0.534

Colorado do Oeste - RO	18591	9 °	Colorado do Oeste (RO)	0.685	0.676	0.814	0.584
Nova Brasilândia D'Oeste - RO	19874	23 °	Nova Brasilândia D'Oeste (RO)	0.643	0.664	0.763	0.524
São Miguel do Guaporé - RO	21828	18 °	São Miguel do Guaporé (RO)	0.646	0.644	0.781	0.537
Presidente Médici - RO	22319	15 °	Presidente Médici (RO)	0.664	0.671	0.792	0.550
Nova Mamoré - RO	22546	50 °	Nova Mamoré (RO)	0.587	0.619	0.769	0.424
Machadinho D'Oeste - RO	31135	43 °	Machadinho D'Oeste (RO)	0.596	0.629	0.755	0.446
Buritis - RO	32383	37 °	Buritis (RO)	0.616	0.650	0.751	0.479
Pimenta Bueno - RO	33822	5 °	Pimenta Bueno (RO)	0.710	0.726	0.803	0.613
Rolim de Moura - RO	50648	8 °	Rolim de Moura (RO)	0.700	0.709	0.808	0.598
Vilhena - RO	76202	1 °	Vilhena (RO)	0.731	0.734	0.808	0.659
Porto Velho - RO	428527	2 °	Porto Velho (RO)	0.736	0.764	0.819	0.638

### APÊNDICE P - Municípios de Rondônia com PME por IDHM

Municípios com PME	População	Posição °	Nome	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
Chupinguaia	8301	26 °	Chupinguaia (RO)	0.652	0.659	0.820	0.514
Urupá - RO	12974	39 °	Urupá (RO)	0.609	0.621	0.772	0.471
Monte Negro	14091	42 °	Monte Negro (RO)	0.607	0.645	0.762	0.454
Cujubim	15854	47 °	Cujubim (RO)	0.612	0.663	0.789	0.439
São Francisco do Guaporé - RO	16035	40 °	São Francisco do Guaporé (RO)	0.611	0.657	0.751	0.462
Cerejeiras - RO	17029	6 °	Cerejeiras (RO)	0.692	0.688	0.799	0.602
Alto Paraíso	17135	41 °	Alto Paraíso (RO)	0.625	0.664	0.804	0.457
Candeias do Jamari	19779	28 °	Candeias do Jamari (RO)	0.649	0.652	0.819	0.512
Alta Floresta D'Oeste - RO	24392	45 °	Alto Alegre dos Parecis (RO)	0.592	0.603	0.777	0.443
Espigão D'Oeste - RO	28729	19 °	Espigão D'Oeste (RO)	0.672	0.691	0.819	0.536
Ouro Preto do Oeste - RO	37928	12 °	Ouro Preto do Oeste (RO)	0.682	0.687	0.812	0.569
Guajará-Mirim - RO	41656	24 °	Guajará-Mirim (RO)	0.657	0.663	0.823	0.519
Jaru - RO	52005	10 °	Jaru (RO)	0.689	0.687	0.825	0.577
Cacoal - RO	78574	3 °	Cacoal (RO)	0.718	0.727	0.821	0.620
Ariquemes - RO	90353	7 °	Ariquemes (RO)	0.702	0.716	0.806	0.600
Ji-Paraná - RO	116610	4 °	Ji-Paraná (RO)	0.714	0.728	0.810	0.617

## APÊNDICE Q - Relação entre Matrículas no Ensino Fundamental e Quantidade de Funcionários dos Municípios de Mato Grosso do Sul com e sem PME

### Municípios de Mato Grosso do Sul sem PME

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 1- 10	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 11- 20	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 21- 30	TOTAL
1-20mil	19	12	1	32
20-50mil	2	7		9
50-100mil				
100-900mil		2		2
900+				
TOTAL	21	21	1	43
%	48,8	48,83721	2,325581	100

### Municípios de Mato Grosso do Sul com PME

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 1- 10	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 11- 20	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 21- 30	TOTAL
1-20mil	10	11		21
20-50mil	5	5	1	11
50-100mil		1		1
100-900mil		1	1	2
900+				
TOTAL	15	18	2	35
%	42,9	51,4	5,7	100



## APÊNDICE R- Relação entre Matrículas no Ensino Fundamental e Quantidade de Funcionários dos Municípios do Rio de Janeiro com e sem PME

### Municípios do Rio de Janeiro sem PME

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 1- 10	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 11- 20	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 21- 30	TOTAL
1-20mil		12	1	13
20-50mil		4	4	8
50-100mil		2	1	3
100-900mil			6	1 7
900+				
TOTAL		18	12	1 31
%		58,1	38,7	3,2 100

### Municípios do Rio de Janeiro com PME

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 1- 10	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 11- 20	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 21- 30	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 30 ou mais	TOTAL
1-20mil	12	2			14
20-50mil	16	4			20
50-100mil	4	4			8
100-900mil	4	6	6	1	17
900+				2	2
TOTAL	36	16	6	3	61
%	59,0	26,2	9,8	4,9	100

## APÊNDICE S - Relação entre Matrículas no Ensino Fundamental e Quantidade de Funcionários dos Municípios de Pernambuco com e sem PME

### Municípios de Pernambuco sem PME

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 1- 10	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 11- 20	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 21- 30	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 30 ou mais	TOTAL
1-20mil	11	12		1	24
20-50mil	9	11			20
50-100mil		3		1	4
100-900mil				1	1
900+					1
TOTAL	20	26		4	50
%	40	52		8	100

### Municípios de Pernambuco com PME

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 1- 10	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 11- 20	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 21- 30	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 30 ou mais	TOTAL
1-20mil	39	18			57
20-50mil	17	30			47
50-100mil		15		3	18
100-900mil		4		4	3
900+					
TOTAL	56	67		7	133
%	42,1	50,4		5,3	2,3

## APÊNDICE T - Relação entre Matrículas no Ensino Fundamental e Quantidade de Funcionários dos Municípios de Rondônia com e sem PME

### Municípios de Rondônia sem PME

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 1- 10	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 11- 20	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 21- 30	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 30 ou mais	TOTAL
1-20mil	14	13			27
20-50mil		6			6
50-100mil		2			2
100-900mil				1	1
900+					
TOTAL	14	21		1	36
%	38,9	58,3		2,8	0
					100

### Municípios de Rondônia com PME

Classes de tamanho da população dos municípios	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 1- 10	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 11- 20	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 21- 30	Relação Matrícula no EF/ Quantidade de funcionários 30 ou mais	TOTAL
1-20mil	2	6			8
20-50mil		3		1	4
50-100mil		2			1
100-900mil					1
900+					0
TOTAL	2	11		1	2
%	12,5	68,8		6,3	12,5
					100